

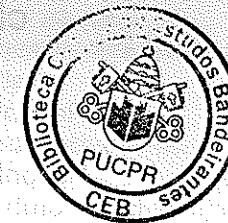
CÍRCULO DE ESTUDOS SOQUINOS



ERRATA

Página 93 - Leia-se:

- 49 - Cláudio Guimarães Ribas, Engenheiro Civil.
Título: Genealogia famílias: Ribas/Guimarães.
- 50 - Norma da Luz Ferrarini Zandoná, Professora Universitária.
Título: Um estudo Epistemológico da Interação Ciência-Técnica
e a concepção psicológica do Homem.



**CÍRCULO DE ESTUDOS
REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES
NOVA FASE - Nº 10 - Julho 1996
ISSN 0104-4451**

Sumário

Deus e a criação, 7

Manoel Joaquim de Carvalho Jr.

Ciência, Técnica e Máquina, 15

Norma da Luz Ferrarini Zandoná

O pensamento vivo de Bento Munhoz da Rocha Netto, 35

Antônio Garcia

Irmandades religiosas de Paranaguá no século XVII, 43

Cecília Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana

Edwino Donato Tempski, 59

Ernani Costa Straube

Uma tablatura para saltério do século XIX, 69

Rogério Budasz

A poesia de Mário Montanha Teixeira, 81

Jayme Ferreira Bueno

Relatório das atividades realizadas em 1996, 87

Sebastião Ferrarini

Responsáveis pela publicação:

Euro Brandão

Ireneu Martim

Jayme Ferreira Bueno

Sebastião Ferrarini

CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES

Fundado a 12 de setembro de 1929

Reconhecido de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 31144, de 11 de outubro de 1938.

Reconhecido de Utilidade Pública pela Lei Estadual nº 8879, de 6 de outubro de 1988.

Órgão cultural vinculado à Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Sede: Rua XV de Novembro, 1050 - 80060-000 - Curitiba, Paraná, Brasil.

DIRETORIA :

Presidente: Euro Brandão

Vice-Presidente: Mário Montanha Teixeira

Primeiro Secretário: Ireneu Martim

Segundo Secretário: Sebastião Ferrarini

Primeiro Tesoureiro: Clemente Ivo Juliatto

Segundo Tesoureiro: João Oleynik

Diretor Sócio-Cultural: José Geraldo Lopes de Noronha

Coordenadores de Secções

Estudos Paranaenses: Edvino Tempiski

Estudos Brasileiros: Antônio Celso Mendes

Estudos Portugueses: Leopoldo Scherner

Estudos Religiosos: D. Moacir José Vitti

Estudos Antropológicos: Maria Cecília Solheid da Costa

Estudos Filosóficos: Frei Eduardo Quirino de Oliveira

Estudos Filológicos: Jayme Ferreira Bueno

Desde o alvorecer do pensamento científico, a descoberta da idéia de Fundamento, (*Grund*) - que então representava a causa - enquanto razão de ser das coisas, eleva a mente do "homo sapiens" à plenitude.

Manoel Joaquim de Carvalho Jr.

Em uma época em que a ciência tem-se voltado para as questões de imprevisibilidade, de instabilidade, de caoticidade; em que se vem desenvolvendo máquinas cada vez mais independentes da ação humana, não é mais possível o modo de pensar e de conhecer onde impera a certeza e a ordem

Norma Ferrarini Zandoná

Vi e ouvi Gilberto Freyre declarar enfaticamente: "Eu e Munhoz da rocha fomos os autores principais do capítulo que trata da Ordem Social e Econômica".

Antonio Garcia

A Irmandade admitia Irmãos e Irmãs, inclusive estas poderiam exercer as funções de Juíza. Em 1710-1711, Paula da Fonseca foi Juíza. O Juiz ou a Juíza pagavam o anual de 8\$000.

Cecília Westphalen e Altiva Balhana

Discutíamos a propriedade da troca da figura do lavrador armado de alfanje, existente no brasão anterior, por outra figura representativa da atividade agrícola do Estado; com sua inteligência e tenacidade, defendia a colocação da figura do sementeiro, estilizada pelo escultor João Zaco Paraná.

Ernani Costa Straube

Por alguns meses estivemos à procura desta obra até que em abril de 1994 o prof. Sebastião Ferrarini localizou nos arquivos do recém-reaberto Círculo de Estudos Bandeirantes, em Curitiba, um manuscrito contendo grande número de peças musicais de gêneros valiosos em tablatura para saltério.

Rogério Budasz

Deus e a Criação
Crítica à Filosofia Pós-Moderna
Leibniz, o princípio de razão suficiente, enquanto
fundamento da filosofia e a passagem do nada
ao ser em face do trilema de Münchhausen

Manoel Joaquim de Carvalho Jr. *

Darwin, Marx, Nietzsche, Freud, Wittgenstein, Frege e Heidegger, essa momentosa legião de gênios, criadora de ponderosa e fecunda catedral filosófica, buscou invalidar os "primeiros princípios" da Filosofia. Vários dos seus discípulos seguem-lhes atualmente os passos. Gadamer e Derrida adotam o devaneio heideggeriano; Davidson e Putnam inspiram-se em Quine; Rorty e Dummett, em Wittgenstein. Finalmente, Foucault e Lyotard deixam-se embriagar ao sorver o licor amargo das idéias utópicas do velho Nietzsche. Que modo "sui-

* Membro da Academia Brasileira de Filosofia - Rio de Janeiro.

generis" de reduzir a eterna Metafísica a uma metalinguagem, pura e simples, ou à condição de simples intérprete da Ciência, que passam a divinizar. Em o *Treatise on Critical Reason* (Princeton University Press, 1985) ao realçar o "Münchhausen Trilemma", Hans Albert intenta a impugnação do "Princípio de Razão Suficiente", merecendo análise crítica de Karl-Otto Apel (*After Philosophy - End of Transformation?*, 1988, The Mit Press, Cambridge, Mass. pp. 250/62).

Desde o alvorecer do pensamento metafísico, a descoberta da idéia de Fundamento ("Grund") - que então representava a causa - enquanto razão de ser das coisas, eleva a mente do "homo sapiens" à plenitude. É erro palmar, pois, o desdenhar das teses de Aristóteles, Leibniz, Wolff, Crusius, Kant, Schopenhauer e Schelling.

A noção de fundamento, segundo Leibniz, "designava uma conexão falha de necessidade e todavia capaz de fazer entender ou justificar a coisa. O princípio dessa conexão é chamado o "Princípio de razão suficiente" (Nicola Abbagnano, *Dicionário de Filosofia*, Editora Mestre Jou, São Paulo, 1982 p. 452). Seja em seu aspecto necessário ou "ex hypothesi", esse Princípio, na minha opinião, não envolve, nem exprime, com exclusividade, a natureza do fundamento do conhecimento humano. Outros fatores, enquanto ponto de partida para o conhecimento humano, representam, de fato, o seu fundamento.

O "Trilema de Münchhausen" consubstancia-se em três teses: 1) "infinite regress"; 2) "logical circle" e 3) "ungrounded breaking off of the process of giving reasons" (vide obra cit., p. 18). Em outras palavras, observa-se: 1) uma busca regressiva e infinita de novos fundamentos; 2) ao recorrer-se a enunciados, que anteriormente já falharam no ato de fundamentação, depara-se com um círculo vicioso; 3) uma abrupta interrupção do procedimento lógico consubstanciada na suspensão arbitrária do nosso raciocínio regressivo.

RESPONDEO DICENDUM QUOD: O "Trilema de Münchhausen" dissolve-se, todavia, diante da impossibilidade de adaptação à passa-

gem cósmica do Nada ao Ser. Uma aprofundada análise da famosa passagem demonstrará seja a inexistência de abrupta interrupção, na lógica de fundamentação, ou a desnecessidade de se proceder a um regresso de um círculo vicioso. Os filósofos pós-modernos, deveriam, pois, estudá-la em profundidade.

Na minha argumentação inexistente apelo a um infinito regresso de razões. No desenrolar de ilações em que se recorre a proposições, que já se apresentavam necessitando justificação, não se evidencia um círculo vicioso, porque a inteligência humana necessariamente se esbarra no Criador "ex-nihilo". Nem mesmo se observa a explosão (break off) de razões dadas em um determinado ponto, que envolvem uma suspensão arbitrária do "Princípio de razão suficiente". Vale indagar: em que pontos, pois, se aplicariam essas três falhas ou alternativas, que obscurecem o meu argumento, tornando-o logicamente inaceitável? Não será lógico exigir-se a figura de um Criador? De fato, existe uma irreprimível e incoercível necessidade, de ordem lógica e fundamentalmente ontológica, que nos revela como se opera a passagem do nada ao ser e à existência. A famosa e misteriosa passagem do Nada ao Ser evidencia, de forma inconcussa, a existência de um Criador.

Ao contrário, ao desenvolver o processo lógico de efeito a causa, ao invés de se perder ou de se "esgotar" no desenrolar de um processo infinito, a mente humana, de fato se esbarra com a "Causa" primeira, além da qual não mais lhe é permitido avançar por lhe carecer capacidade suficiente ou lhe faltar fundamentação lógica. Se nos recusamos a aceitar a tese de um processo lógico, consubstanciado no infinito regresso - porque nada existe no universo concreto, que atinja as raias do infinito ou porque inexistem entes ou criaturas de natureza infinita e eterna - não nos resta senão admitir ou mesmo tratar de conceber, como indubitável, a existência de uma Causa superior, (neste caso deverá ser de ordem infinita), infinitamente transcendente às demais causas constitutivas do processo lógico -

que é a Causa primeira, criadora de tudo e de todos. Ora, a tese de uma quebra ou ruptura no processo causal não nos sugere explicação alguma da realidade concreta total. Mais adequada se nos afigura a explicitação, que envolve a inexistência do Universo concreto interconectada à idéia de um Deus-criador. A quebra no processo lógico nos leva ao vazio, ao inexplicável, seja em relação ao regresso infinito ou à procura da Causa primeira, seja ao problema da necessidade lógica e ontológica de um Criador da totalidade dos seres. A inteligência humana não deve se esquivar de solucionar o problema, ao apresentar a esdrúxula tese de que a Filosofia carece de fundamentação lógica, ao alegar uma posição inconciliável entre a busca da certeza e a busca da verdade. Em verdade, vale insistir, a quebra da cadeia de raciocínios nada nos apresenta de novo à solução deste problema milenar.

Ora, por que fogem da indagação: o que é "que", ou melhor "quem", de fato, "engendrou" a famosa passagem? Ora, não terá realmente ocorrido um "fato sui generis", de natureza desconhecida, algo inteiramente novo ou radical "mudança" de "estado" entre o que "havia" e passa a existir graças à irrupção abrupta e violenta do Universo, em última análise, representativa da passagem do Nada ao Ser? Diante, portanto, da incontestável temporalidade do Universo e se é que ainda prevalece o enunciado, "ex-nihilo nihil fit", a inevitável conclusão que se nos depara se substancia na existência incontestável de um Absoluto (seja um ser ou um "supra-ser"), o criador de todas as coisas. Qualquer veleidade de a rejeitar ou a contradizer, será uma ofensa à lógica humana.

Uma incontestável certeza da ação do verdadeiro "autor" da irrupção "ex-nihilo" do Universo "qua" universo brota, pois, das profundezas humanas, aquelas ignotas regiões das quais Freud tentou se aproximar. Em consequência, a existência de um Criador "ex-nihilo", torna-se um "fato" lógico e ontologicamente necessário.

Uma eventual tentativa de adaptação lógica das teses do Trilema

de Münchhausen à passagem do Nada ao Ser, na minha opinião, não há de implicar círculo vicioso ou suspensão no processo racional de fundamentação, nem mesmo busca regressiva, cujo término seria logicamente inalcançável. Integra, pois, a própria lógica, ínsita à humana natureza, a certeza da existência de um "autor" da famosa passagem, desconhecida, embora, em suas reais características (que, talvez, jamais sejam desvendadas).

Ora, o filósofo que se nega a proceder uma crítica à "creatio ex-nihilo", ao que "havia" antes do "Fiat lux", ao "why not earlier" ou à indagação "por que existe o ser ao invés do nada", porque os considera problemas desprovidos de sentido, revela indolência mental, além de receio de se ver compelido a vislumbrar, encarar e admitir - ferindo o seu orgulho, ele que se arroga a substituto da divindade - uma "Realidade", de fato, infinitamente transcendental ao universo material.

Uma eventual impugnação à nossa defesa do "Princípio de Razão Suficiente" caberia tão-somente diante de eventual comprovação da hipotética tese da eternidade do Universo, procedimento, aliás, de remota possibilidade por obra e graça da humana inteligência.

Afigura-se-me, todavia, despropositada a idéia de um Universo infinito no tempo e no espaço. Em sua tresloucada expansão em todas as direções, o Universo que conhecemos, se eterno fosse, já teria se realizado, desde o "eterno" passado, em termos infinitos. Essa figura estranha de universo eterno representaria um presente eterno, destituído de passado e de futuro. E o tempo? - Uma entidade sem princípio e fim, a expressão viva do atributo da eterna imutabilidade. Se, por outro lado, integrasse a sua natureza última, os intermináveis processos de expansão e de retração, de duas uma: se prevalecesse a atração, não teria ele, desde o "eterno passado", se transformado num verdadeiro "bagaço"? Se preponderasse a expansão, não teria, também, desde a eternidade, se realizado, em termos infinitos, e em consequência, ocupado "in totum" o infinito espacial? Em ambas

alternativas, a hipótese da eternidade cósmica desafia-nos a lógica.

Na "Review of Metaphysics" (vol. XLIII nº 3, março/1990, p. 663), leio a síntese do artigo, "A Natural Explanation of the Existence and Laws of Our Universe", de Quentin Smith, publicado no "Australasian Journal of Philosophy" (vol. 68, nº 1, march 1990). Ora, se "It is possible that the big bang singularity of our Universe is formed from a black hole in another universe U1, such that a certain percentage of U1's black holes become big bang singularities of other Universes...", se "It is possible that U1's origin is in turn explained in terms of another universe U2, U2 in terms of U3, and so on "ad infinitum"..., não me resta senão redarguir: na eventualidade de um tal processo, estranho ou mesmo absurdo, de criação e de recriação de universos atingir uma infinita extensão, ou seja, se através e graças ao mesmo processo fosse possível se concretizar um infinito atual ou um universo que reunisse infinitos outros universos, em termos de infinito atual, que enigmática "força" os haveria de alimentar e de mover, senão "algo" desconhecido que, pela sua inexplicável natureza, ultrapassaria qualquer espécie de energia material? Ora, se a matéria é desintegrável, como demonstram as atuais experiências no terreno da microfísica, como poderia um "fator", de ordem material, seja de ordem cósmica, representar o "criador" onipotente e absoluto de infinitos universos? "In fine", qual inexaurível fonte supriria energia à geração de universos em escala infinita, que preencheria tão-somente o infinito espacial, como envolveria toda a eternidade?

Embevecido diante da catedral de Antuérpia, Heinrich Heine exclamou: "Os homens que fizeram isso tinham dogmas - Nós só temos opiniões. E com opiniões não se constroem catedrais" in: Dom Marcos Barbosa, "Jornal do Brasil, 19/07/90), nem se edificaria uma catedral filosófica, acrescento eu, sem os primeiros princípios. Destituídos dos fundamentos metafísicos, o processo cognitivo e a própria Filosofia tornar-se-iam inexecutáveis.

Reza a Bíblia: "Insensatos, sem dúvida, todos aqueles homens,

que através da natureza não conhecem a Deus... Todavia, estes merecem pequena repreensão, pois erram por aventura, enquanto procuram a Deus com desejo de O encontrar, e, ocupando-se na investigação de suas obras, deixam-se ficar nas aparências, pois são belas as coisas que vêem! No entanto, nem estes são escusáveis, porque, se puderam alcançar tanta ciência, ao ponto de se formarem uma idéia do Universo, como não descobriram mais facilmente o Senhor dele?" (Sab 13, 1-6-7-8-9s).

Finalmente, eis precioso comentário do editor Page em "American Philosophical Quarterly", Abril 1990, p. 175: ao lamentar a atual "absorção narcisística" de filósofos pelas "tecnicidades" lógica e lingüística que tornam a disciplina irrelevante aos problemas e interesses de não especialistas", os quais, em minha opinião, têm sede do manjar celestial metafísico.

Vale indagar: em que pontos, pois, se aplicariam essas três falhas ou alternativas, que obscurecem o meu argumento, tornando-o logicamente inaceitável. Não será lógico exigir-se a figura de um Criador, se as criaturas se contam aos bilhões? De fato, existe uma irremediável e incoercível necessidade, de ordem lógica e fundamentalmente ontológica, que nos revela, como se opera a passagem do nada ao ser e à exigência. A famosa e misteriosa passagem do Nada ao Ser evidencia, de forma inconcussa, a existência de um Criador.

O Trilema de Münchhausen analisado ou aliás dissecado à luz do problema da passagem do Nada à existência, não há de nos sugerir, leitor, o abandono da tentativa de eliminação do "Princípio de Razão Suficiente"? Destituídos desse famoso Princípio não nos estaremos delimitando a nós mesmos em nossa própria faculdade de raciocinar e de filosofar?

"In fine", a causa primeira - e não a "causa sui", que é Deus - não corresponde a uma "conclusão lógica" do raciocínio humano. Trata-se, acima de tudo, de uma exigência lógica e fundamentalmente ontológica quanto à existência de um Criador, a fim de possibilitar

qualquer coisa ou ser a assumir concretamente a existência.

Obras do mesmo autor:

- A la Recherche de l'Être - La Colombe, Paris, 1961.
Dieu et Liberté - Librairie Pierre Tequi, Paris.
En Busca del Ser - Editora Nacional, Madrid.
Lettres à Ma Mère disparue - La Palatine - La Table Ronde, Paris, 1970.
Auf Der Suche Nach Dem Sein - Strom Verlag, Zurich, 1976.
Cartas à minha Mãe - Forum Editora, Rio de Janeiro.
Deus e Liberdade - Editora Mensageiro da Fé Ltda., Bahia.
La Dynamique Ontologique de L'Esprit - Editions de la Baconnière, Neuchatel.
Contre Marx Philosophe - Librairie Pierre Tequi, Paris.
In Search of Being - Philosophical Library, Inc., New York.
Em Busca do Ser - Gumercindo Rocha Dórea (GRD), São Paulo.

Ciência, técnica e máquina

Norma da Luz Ferrarini Zandoná*

O presente artigo tem por objetivo tecer algumas considerações históricas sobre o desenvolvimento da técnica e o seu vínculo com a ciência e a filosofia.

O nosso interesse por esse tema fundamenta-se em uma preocupação anterior de refletirmos sobre o modo como uma sociedade se estrutura, como são eleitos determinados valores e ideais e que força faz com que esses princípios passem a ser o germe de todo um comportamento social. Acreditamos que a atividade humana (como a produção do trabalho - do fazer e do saber) e a atitude dos indivíduos (crenças, mitos, valores, representações sociais) alimentam esse mecanismo, vindo a dar continuidade ou impedindo que o organismo social enverede por determinados caminhos.

* Mestre em Psicologia Social e da Personalidade (FGV-RJ). Professora substituta do Departamento de Psicologia da UFPR. Membro do Círculo de Estudos Bandeirantes.

Há um elemento peculiar que tem uma participação efetiva nesse processo e que, de certa forma e em parte, despoja o homem de ser ele o total responsável pelos acontecimentos. É a Técnica. Devemos considerar esse termo não apenas como uma realização tecnológica concreta, mas no sentido mais amplo e abstrato que ele nos sugere. "A técnica é o que dá estrutura a tudo o que o homem concebe e realiza, de qualquer ordem que seja" (Reissing, 1959, p.42). A técnica estabelece-se no âmbito da realização humana, seja ela um artefato, seja uma teoria. É uma atitude de criação e recriação existente no *homo faber* e no *homo sapiens*.

A vida humana transcende a realidade natural, daí não ser um "passivo estar". A porção "extranatural" do homem consiste em uma mera pretensão de ser, a qual varia de acordo com a época, povo e indivíduo, engendrando-se aí um misto de instabilidade e variabilidade.

Desta forma, a vida humana seria um autofabricar-se, constituindo a situação de técnico a própria essência do homem.

Marx (1931, p. 273 *apud* Ribeiro, 1978, p.31) alertou para a importância de se estudar fenômenos humanos e culturais a partir de uma visão crítica da evolução tecnológica:

"A tecnologia nos revela a atuação do homem frente à natureza, o processo imediato de produção de suas vidas e também de suas relações sociais e das representações sociais que delas derivam."

Segundo Ortega y Gasset (1957) a técnica é a reforma que o homem impõe à natureza visando a satisfação das suas necessidades. Ao contrário de ser a adaptação do sujeito ao meio, é a adaptação do meio ao sujeito. Isso porque Ortega y Gasset (*op. cit.*) vincula o conceito de "necessidades humanas" ao que venha a ser técnica.

A técnica carrega em seu âmago o poder de "controlar, transformar ou criar coisas ou processos, naturais ou sociais" (Bungue, 1980, p. 186). Seja na antiguidade seja na modernidade, a técnica sempre

visou a *eficácia*, apresentando assim, antes de tudo, um caráter programático (*cf.*, p. ex., Ferrarini Zandoná, 1989, cap. II). Segundo Bungue (*op. cit.*, p. 193), nesse sentido, a técnica distingue-se radicalmente da ciência, pois, enquanto esta procura *conhecer por conhecer*, aquela procura *conhecer por fazer*, interessando-lhe somente aquilo que promete converter-se em recurso. Esse princípio pode ter propiciado a exploração da natureza em benefício do homem, bem como a mecanização de algumas tarefas humanas. Para que isso viesse a ocorrer, tornava-se necessário desvendar o "funcionamento" da natureza e do próprio ser humano, o que diz respeito a um saber que transcende a atividade técnica (Ferrarini Zandoná, *op. cit.*, p.43). Na tentativa de descobrir a verdade global da natureza, encontrava-se o terreno no qual floresceria a ciência moderna: a partir de cálculos e medidas decifrar as leis do universo (*cf.*, p. ex., Ekeland, 1987, introdução e cap. I).

Partindo do ponto de vista de Ellul (1968) que defende a inviabilidade de se identificar técnica com ciência, passamos a admitir que a técnica antecede a ciência, não sendo aquela uma aplicação desta. Um exemplo seria o da magia primitiva que, segundo Ellul (*op. cit.*, cap. I), seria anterior à ciência e é provavelmente nela que a tecnicidade inicialmente se exprime. Todo o conjunto de ritos, de fórmulas e processos mágicos, uma vez fixado, não mais varia, e, a partir da sua aplicabilidade, determinados resultados são esperados. Destacam-se aí, aspectos caracteristicamente técnicos como, por exemplo, a rigidez de procedimento significa ser este o melhor meio possível para se obter o resultado. O que implica, por sua vez, em método, em invenção e eficácia. Além disso, a magia era praticada por especialistas e se interpunha entre os homens e as divindades, exatamente como a técnica serve de intermediária entre o homem e a matéria. A magia subordina o poder divino ao homem (lembramos que a divinalização da natureza dá, segundo Ellul - *op. cit.* - origem à magia), assim como a técnica impõe obediência à natureza.

Porém, segundo Ortega y Gasset (op. cit., cap. IX) nesta fase o homem não se vê como inventor; ao contrário, é a natureza que tem o poder de proporcionar-lhes certos poderes. Será no estágio da técnica do artesão (relativa à Antiga Grécia, à Roma pré-imperial e à Idade Média) que, de acordo com Gasset (op. cit.), a técnica consistirá em invenção de um plano de atividade, de um método (*mechane*, diriam os gregos) e na execução desse plano (operação técnica). É quando o homem adquire consciência da técnica com algo especial, do qual alguns indivíduos, com habilidade apropriada, devem se encarregar.

Contudo, como descreve Auzias (1968, cap. II), o desejo de uma tecnologia produzir tecnólogos, isto é, pensadores de prática, conhece seu limite na Grécia, por acreditarem os gregos que a técnica é divina e natural. Aos deuses cabia o poder de fabricar, de produzir, de reunir, de transformar os elementos. Os deuses eram considerados como os possuidores iniciais da *techne*.

Será Aristóteles quem ligará a *techne* ao conceito de criação (*poiësis*). Admitirá um domínio onde o fazer humano é criador. E esse fazer criador fundamenta-se em dois pressupostos: há o possível e há a verdadeira razão (o *logos alethes*), que percebe que uma coisa poderia *ser* ou *não ser*, *advir* ou *não*, e ainda conhece não só o "o-que", mas o "porquê", permitindo uma relação apropriada entre os antecedentes e os conseqüentes, cujo modelo é encontrado na *physis* (Aristóteles, Física II apud Castoriadis, 1987, p. 139). A *techne* procede sempre a partir do que já é, podendo ser uma reunião, um ajustamento ou uma transformação dos materiais:

"ou a *techne* em geral imita a *physis*, ou efetua o que a natureza está impossibilitada de realizar". (idem, ibidem).

A questão da técnica não se restringe ao âmbito material. Para Castoriadis (op. cit., p. 148), a própria organização social é a mais importante das "técnicas", a "técnica" social - a "racionalização" das relações entre os homens (cf. tb. Castoriadis, 1982).

Em Roma (Séc. II a C. e II d. C.) elabora-se uma técnica de organização social - política, jurídica e administrativa - bastante eficiente e aplicável. Nessa técnica repousa o sistema militar e suas conseqüentes necessidades, como os transportes e as máquinas de manejo.

Com a oficialização do cristianismo como a religião romana no Século IV, impõe-se a grande questão: "É justo?"; o útil ou o proveitoso ao homem deveria corresponder a certa concepção de justiça diante de Deus. Dessa forma, os instrumentos técnicos eram propagados e aperfeiçoados pelos monges (p. ex. o moinho hidráulico - cf. Ellul, op. cit., Cap. I).

Spengler (1964, p. 473) relaciona o pensamento técnico ao religioso ao citar o exemplo dos monges góticos que em suas orações e meditações espreitavam os mistérios do ritmo cósmico, a fim de violá-los, e assim criavam a idéia da máquina com um cosmó minúsculo obedecendo exclusivamente à vontade humana.

Mumford (1960, p. 151) afirma que a rotina diária, a vida regular ordenada, teve origem nos mosteiros. Segundo o autor, esse cenário estimulou não só o invento arquetípico da cultura do "novo mundo" - o relógio mecânico - como também o advento das leis científicas universais já que a visão dos teólogos cristãos apoiava-se em uma ordem divina que tudo abarcava.

Importante ressaltar que, durante muitos séculos, os grandes estudiosos eram clérigos e as universidades eram administradas por ordens religiosas cristãs. Ciência significava estudar as maravilhas que o Criador permitia que o homem visse, clima que não instigava a investigação e o pensamento independente.

Esse estado de coisas permaneceu imutável até o Século XII, quando retomou-se o ensino grego original através de trabalhos árabes. Adota-se, então, um procedimento aristotélico que contém a base essencial de toda ciência experimental a ser desenvolvida no futuro. A finalidade da ciência passa a ser descoberta das *causas* dos

fenômenos, através da *observação* - o que possibilita o desenvolvimento de instrumentos e prenuncia a importância da precisão fornecida pelo uso da matemática.

A redescoberta da Antiguidade clássica - juntamente com outros fatores, como a expansão capitalista - estimulou uma nova apreciação dos valores humanísticos. Esse movimento, conhecido como Renascimento, teve início na Itália no Século XVI e propiciou significativamente mudanças na ordem científica, filosófica e religiosa.

A grande revolução astronômica do Século XVI, a teoria heliocêntrica, modifica a própria visão que o homem tem de si mesmo e de seu lugar na criação: o homem não estava mais situado em um lugar adequado à sua natureza ímpar como imagem de Deus, no centro de todas as coisas. Foi um produto típico da especulação renascentista, mostrando que, ao se derrubar idéias pré-concebidas e doutrinas aceitas, era possível chegar a uma nova síntese do próprio homem e da natureza e a uma nova forma de encarar a ciência, a qual avançaria por si mesma e não mais de acordo com uma autoridade (cf. Ronan, 1987, V. II, p. 72).

A ciência moderna estabeleceu-se a partir do Século XVII fortificando a matemática como ferramenta essencial para a ciência física e rejeitando os argumentos qualitativos. Há um desenvolvimento considerável no projeto e fabricação de instrumentos científicos e equipamentos especializados. Agora há uma submissão da ciência à técnica. A ciência assume cada vez mais um aspecto técnico (cf. Ellul, op. cit., Cap. II).

O tecnicismo da época moderna é completamente distinto do que tem atuado em todas as técnicas pretéritas. O novo de um método pré-estabelecido, sendo que a observação, a experiência e a aplicação da matemática tornam-se fundamentais. Talvez essa seja a união inicial - e de raiz - entre o tecnicismo e a ciência (cf. p. ex. Maluf, 1984a, p. 7; Ortega y Gasset op. cit., p. 95).

O técnico passa a ser mais valorizado do que o teórico puro, isso

devido, segundo Maluf (op. cit.) ao ambiente social estar dominado pela idéia da viabilidade de o homem tornar-se senhor e dominador da natureza. Ao homem cabe a possibilidade de modificar a natureza de um modo mais eficaz e rápido, passando ele próprio a desempenhar o papel que antes cabia somente ao tempo.

O contexto social cada vez mais urbanizado e industrializado de países como a Itália e a França do final do Século XVI contribui para o fortalecimento da crença num desenvolvimento infinito das possibilidades humanas. A técnica torna-se uma das atividades dominantes da sociedade moderna e isso, de acordo com Thuillier (1976, p. 47) viria a transformar as relações dos homens com a natureza e entre eles próprios.

Esse cenário revolucionou toda uma forma de conceber o universo e o próprio homem. Faz-se necessário uma reorientação geral do saber, renovando o estilo e o campo de atuação científico; exige-se uma ciência mais para a ação para a proteção, para manipulação. Desta forma consolida-se o processo experimental, fruto da aliança entre a teoria e prática da manipulação e transformação da natureza, na tentativa de *organizar* e *utilizar* o mundo (cf. Prigogine e Stengers, 1984, p. 26).

A visão renascentista da natureza apresentou-se com antitética à visão grega - a crença de que nenhum mundo material era destituído de espírito o qual era a causa das mudanças (cf. Collingwood, 1976, p. 179). O mundo natural passou a ser visto como uma máquina, feito de matéria morta e movido por forças uniformes e quantitativas. Solo bastante fértil para o florescimento de idéias que relacionavam as leis da natureza ao funcionamento de máquinas, tornando-se o pensamento mecanicista o grande marco ao declarar que todos os objetos a serem conhecidos (físicos e biológicos) são espécies de máquinas (cf. Thuillier, op. cit., p. 54).

As preocupações centravam-se na busca da exatidão e da regularidade dos fenômenos da natureza sujeitando-se a leis mate-

máticas e mecânicas. O objetivo era a precisão e a manipulação de acontecimentos; por isso havia a necessidade de se ver o mundo como uma máquina ordenada, segundo determinadas leis, não havendo lugar para a imprevisibilidade e complexidade (cf., p. ex., Ekeland, op. cit., Cap. 1).

Nomes como Kepler (1571-1630), Galileu (1564-1642), Descartes (1596-1650) e Newton (1642-1727) muito contribuíram para o avanço de uma ciência especial, a mecânica, cujas leis - as leis mecânicas - passaram a ser vistas como as únicas a regerem o curso dos movimentos. Só o começo do movimento foi referido a um momento criador. Instala-se o axioma geral da moderna ciência da natureza, o *princípio da causalidade*.

Na tentativa de abordar o problema mente-corpo, Descartes introduziu a dualidade física/psicológica, compreendendo-os como duas entidades distintas. Não haveria semelhança quantitativa entre o corpo (o mundo material ou físico) e a mente (o mundo mental). Enquanto a matéria tem extensão (ocupa o espaço) e tem capacidade de movimento, no caso do corpo, (de acordo com os princípios mecânicos), a mente não tem extensão nem substância. Se o corpo é matéria, as leis da física e da mecânica que explicam o movimento e a ação no mundo físico também têm de aplicar-se a ele. O corpo é como uma máquina cuja operação pode ser explicada pelas leis mecânicas que governam o movimento de objetos no espaço. Através da física Descartes explica o funcionamento fisiológico (Schultz e Schultz, 1991. p. 41). A fisiologia mecanicista exerceu influência tão penetrante que logo foi aplicada também à mente humana: a redução da mente a uma máquina - tese explorada pela filosofia empirista e associacionista britânica (Schultz e Schultz, op. cit., p.43). Também o materialismo científico exemplificado por La Mettrie (1709-1751) em sua obra *L'Homme Machine* apresenta o homem como máquina física e mentalmente. Percebemos que nessa época uma abordagem mecanicista da compreensão dos organismos vivos, inclusive do

homem, estava muito presente no *Zeitgeist* (Wertheimer, 1976, p. 29).

O progresso técnico eclodirá no século XVIII com a Revolução Industrial. A técnica passa a ser aplicada em todos os ramos de atividades, o que acaba por modificar completamente as condições de vida do homem. Nesse período a técnica deixa de ser manipulação e converte-se "*stricto sensu*" em *fabricação*. A técnica é vista agora como uma função à parte do homem, passando a máquina ao primeiro plano: é o homem que simplesmente ajuda e suplementa a máquina.

A partir desse momento a técnica parece não mais encontrar limitação alguma. Ela evolui rapidamente e é como se passasse a ter vida própria e um ritmo também próprio, o qual coordenaria e racionalizaria a atividade humana e técnica. Desse modo podemos discordar da definição proposta por Ortega e Gasset (op. cit.), apresentada no início, de que a técnica é a adaptação do meio ao sujeito e não o contrário. Em um primeiro momento parece ter sido o verdadeiro, porém, constatamos a hegemonia da técnica sobre todas as atividades humanas, sobretudo a partir da Revolução Industrial (cf. Ferrarini Zandoná, op. cit., Cap. II e III).

Esse movimento exclui o homem de certa responsabilidade porque pode ser entendido como uma leitura das leis da natureza, as quais seriam estendidas para o âmbito da realização humana. Apesar da mão do homem nesse mecanismo, pronuncia-se uma marcha da técnica a qual passa por intervir na vida humana ao mesmo tempo que ela despoja o homem de ser ele o total responsável pelos acontecimentos.

Vislumbra-se aqui, conforme Maluf (1984c, 1985, 1988), a interação *mente-modelo-máquina*. A mente que concebe a máquina. A máquina que serve de modelo para essa mesma mente construir o mundo (as concepções de mundo, de homem, de vida). Utilizamos aqui a concepção de *interação* proposta pelo autor acima citado:

"um regime que instrui, organiza, coordena ou subjuga (até imprevisivelmente) a evolução de um determinado siste-

ma" (Maluf, 1985, p.39).

Conceito este que visa desvincular-se da concepção fisicalista configurada em termos de troca (troca de massa, de energia, de informação), visão predominantemente linear e mecanicista não muito apropriada para o tratamento de assuntos não-físicos.

Como postula Maluf (1984, a, b, 1985, 1987, 1988), o desenvolvimento das idéias e ações humanas é indissociável do processo de evolução da máquina. O autor define máquina como "fenômeno arquetípico na história ocidental das idéias, da técnica, da tecnologia e das ciências". O supracitado autor confere uma plasticidade ao conceito de máquina extrapolando em muito a concepção clássica da mesma entendida como "ampliação da força muscular" (cf. Latil, 1973, Cap. II). Maluf (1985) destaca o caráter interativo entre o tipo e outros indicativos de máquina (como forma de energia empregada e propriedades específicas), entre a dinâmica social e o paradigma científico característicos de cada época:

"(“) a evolução da máquina veio a determinar e conformar as grandes linhas do pensamento e da ação do homem terminando por plasmar uma estrutura de sociedade, cujos aspectos políticos, econômicos, sociais e estratégicos se amolgam à *lógica*, ao *ritmo* e à *morfologia* da máquina, resultando num todo plástico, interativo, indissociável." (Maluf, 1985, p.2).

O nível de complexidade técnica vem progredindo devido a nítida preocupação, no ocidente, com uma "reprodução artificial de natureza, da vida e do próprio homem" (Maluf, op. cit.). Estariam aí os germes da *complexidade* derivada não exclusivamente da máquina (que é linear), mas da interação "máquina-modelo-mente" (que é não-linear).

A evolução da máquina tem-se dado a partir de um isomorfismo entre a função para a qual foi destinada e as condições humanas necessárias para executar essa mesma função. Ao mesmo tempo

que a máquina surge como distintiva do fenômeno humano, ela passa a exibir propriedades características do ser vivo, como, por exemplo, a autonomia. Além do que, o grau de autonomia da máquina estaria crescendo devido ao fato de que a própria energia por ela utilizada estaria evoluindo para uma forma cada vez mais abstrata - a informação.

Maluf distingue quatro tipos de máquinas.

I - A Máquina Pré-Clássica

Período de vigência da Antigüidade até o Séc. XVII. Energia propulsora da máquina: exógena (proveniente de uma fonte externa à máquina) sendo a sua forma exclusivamente bruta, sólida (ação muscular, hidráulica, eólica, ígnea). A máquina é capaz de transcender a ordem natural das coisas; porém a máquina pré-clássica seria apenas um dispositivo passivo capaz somente de transmitir o movimento e não de produzi-lo, porque ela é dependente de uma energia exterior ao seu funcionamento.

Implicações epistemológicas trazidas pela máquina pré-clássica:

- modelo mecânico da vida;
- homem despojado de sua autonomia (no agir e no pensar);
- reedição do atomicismo clássico; as colisões entre os átomos seria a fonte de movimento (base explicativa para qualquer fenômeno dentro da visão mecanicista).

II - A Máquina Clássica

Período de vigência: Séc. XVIII até meados do Séc. XX. Com a ciência newtoniana o conceito de *força* deixa de ser visto como choque entre os elementos (concepção atomicista) para ser compreendido como *ação à distância*. Esta concepção mecanicista junta-

mente com os pressupostos da termodinâmica introduziram uma nova concepção de *energia*. Se antes pressupunha-se o movimento como dado, com o advento da máquina a vapor - a máquina típica da Revolução Industrial - o motor térmico tornou-se um dispositivo ativo, ou seja, ele próprio como uma máquina capaz de *produzir* movimento. Aqui a energia apresenta-se dinâmica e possui um caráter endógeno (intrínseca à estrutura da máquina). A Revolução Industrial trouxe a preeminência do mecânico sobre o humano erigindo as propriedades radicais da máquina: a *lógica* (linear), o *ritmo* (não mais o biológico, o mental, o cultural, mas o mecânico) e a *composição* (a morfologia, a elementarização da máquina). Essas propriedades passaram a ser os parâmetros da produção industrial, da sociedade e da ciência, tornando-se conceitos-chaves aqueles como rendimento, eficiência, utilidade. Então, viemos a erigir a conduta humana através da *lógica* linear implícita na produção em série, na mecanização, na automação, procedimentos regulamentados por uma rotina e a modelização estabelecida pela dicotomia mente dirigente X mente do trabalhador. Quanto ao *ritmo* há necessidade de se estruturar o trabalho segundo o ritmo e a regularidade da máquina - uma produção sucessiva, hierarquizada, ininterrupta. O aspecto da *morfologia* da máquina clássica é visível na elementarização do trabalho segundo o modelo mecânico onde as atividades são descritas como componentes segmentários, assim como o próprio indivíduo é visto como uma simples peça dentro de uma engrenagem maior.

III - A Máquina Cibernética

Período de vigência: meados do Séc. XX até os anos 70.

O objetivo da cibernética é o de reproduzir artificialmente as condições de desempenho das ações humanas (pensamento lógico, funções sensoriais e motoras) o que seria convertido em linguagem da máquina possibilitando o procedimento de autodireção e

autocontrole. Seria um sistema eletromecânico destinado a usurpar uma função especificamente humana envolvendo a execução de um complexo padrão de cálculo, de decisão lógica e de previsão do futuro, onde a técnica de controle e comunicação de *mensagens* seria a noção básica. Introduz-se um aspecto singular no funcionamento da máquina: a *informação*. Através de informação o organismo - vivo ou mecânico - se ajusta às contingências do meio ambiente opondo-se ao caos e buscando sempre a organização, a ordem. A máquina cibernética comporta, entre outras características, a capacidade de armazenamento, leitura e renovação de informações através do processo de "feedback".

Características:

- forma abstrata de energia: a informação;
- aplicações epistêmicas: torna possível a síntese do ser vivo, a mecanização do pensamento, da ação intelectual (e não unicamente da força muscular como no caso das máquinas pré-clássicas e clássicas);
- o conceito-chave da cibernética: síntese - reprodução *artificial* da natureza. Articulou verdadeira "metafísica artificial" e arquitetou todo um Reino Artificial (a "Escalada Artificial") capaz de reproduzir, estender ou extrapolar o orgânico natural através de um processo de síntese artificial.

IV - A Máquina Informacional

Vimos que a máquina cibernética ultrapassa em muito a máquina clássica devido ao fato de aquela não mais objetivar reproduzir o aspecto mecânico da ação (humana ou não) e, sim, mecanizar comportamentos inteligentes, como o mecanismo de controle e de tomada de decisões. Fortalece-se a crença de que tudo pode se reduzir à informação no sentido de reescrever a informação original em outra linguagem - como de máquina. Neste contexto condiciona-

se, praticamente, *informação* apenas ao processo de *transmissão* de mensagens com o objetivo de assegurar o *controle* dos sistemas. De acordo com Maluf (1984, a, b, 1985, 1987, 1988), a supremacia da Máquina Informacional instala-se quando passou-se a pesquisar e a desenvolver programas e linguagens que se ajustassem cada vez mais à incerteza de evolução dos sistemas complexos (sobretudo a partir da década de 80). Entrevê-se uma máquina não mais condicionada exclusivamente a reproduzir as funções humanas (mentais ou mecânicas), mas também as relações da natureza e da sociedade, cujas características podem ser detectadas nos aspectos abaixo relacionados:

- a reprodução isomórfica da ação humana, buscando-se a eficiência da ação através de máquinas telecomandadas, robôs, réplica de exigências do determinado trabalho;

- a reprodução isomórfica da natureza - p. ex. a fabricação de folhas artificiais para o processamento da fotossíntese.

Em sua análise de evolução da máquina, o autor supra-referido constata um fenômeno ao qual denomina *Escalada Artificial*, onde o homem estaria cada vez mais sintetizando, artificialmente, o natural, instituindo um *Reino Artificial*. Em função desse processo, o mundo contemporâneo estaria subjugado pelo que o autor designa como "*epistemologia artificial*", vindo a indicar que:

"a geração do conhecimento, da tecnologia e da organização social e de grande parte da cultura se processa através da sujeição informacional" (cf. Maluf, 1984, p. 29) estendendo *sujeição informacional* como:

"a aplicação da lógica e da epistemologia da informação (qualquer que seja a conotação) no âmbito do humano e da natureza" (cf. Maluf, 1988, p. 582)

Um das formas em que estaria subjacente a epistemologia artificial seria a *informação da sociedade*, ou seja, "as mudanças estruturais na sociedade, resultante da informação" (cf. Iwahashi,

1984, p. 14). Conforme Carneiro Leão (1987, p.9), informatização designa toda uma ordem do real instaurada pelo processamento microeletrônico das informações. Segundo Camilo Leão (op. cit., pp. 15-17), o mundo da informação necessita do mundo das coisas materiais (porque são elas energias de ação) e do mundo subjetivo dos cérebros humanos (que são processadores de informação). A conjugação desses dois mundos produz entidades culturais (como os sistemas simbólicos, linguagens, artefatos cibernéticos e micro-eletrônicos da informação) que, depois de produzidos, se tornam autônomos e autoorganizáveis, possuindo seus mecanismos próprios de crescimento e passando a impor uma lógica aos outros sistemas de que se valeu para desenvolver-se. Para o referido autor, a informatização antes de ser um processo automático de conjunturas é "um processo autocrático de estruturação que tudo aplanar, tudo controla, tudo contrai numa posição onipotente" (Carneiro Leão, op. cit., p. 7,8).

Denota-se aí uma das principais diferenças entre a máquina cibernética e a máquina informacional. Enquanto a cibernética confirma-se segundo a manutenção de *uma estrutura estável*, onde o mecanismo de *retroalimentação* é fundamental para a manutenção de *controle*, a informacional volta-se para a *autonomia* e evolução de *estruturas instáveis* (cf. Maluf, 1988, p. 583). A inextricável interação mente-modelo-máquina-sociedade se complexifica, em função, inclusive, do maior grau de abstração da forma de energia empregada. Em decorrência, maior automatização de máquina, maior independência com relação ao homem, mais hegemônico o papel epistemológico da máquina sobre as ciências, as tecnologias, as condições de trabalho, de vida e da cultura. Também a sociedade contemporânea, ocidental, industrializada, se configura através de uma dinâmica fortemente interativa, absorvendo num todo indissociável os seus aspectos estruturais o que vem a dificultar a identificação dos contornos individuais desses aspectos e, conseqüentemente, a pos-

sibilidade de uma conexão causal entre eles.

Conclusão

Na era informacional, época em que a informação é o fundamento processual, não podemos deixar de visualizar qualquer fenômeno a partir dessa energia. Como dissemos, quanto mais abstrata a energia empregada por uma máquina, maior a sua autonomia. Cremos ser esse o caminho que devemos seguir na tentativa de se solucionar qualquer problema. Em uma época em que a ciência tem se voltado para as questões de imprevisibilidade, de instabilidade, de caoticidade; em que se vem desenvolvendo máquinas cada vez mais independentes da ação humana, não é mais possível o modo de pensar e de conhecer onde impera a certeza e a ordem. Ele só vem a intimidar a experiência subjetiva, a qual se assemelha mais ao caos e à controvérsia (cf. Papert, 1988, p. 205), e o exercício da criatividade e da autonomia - esta, símbolo da máquina informacional. O ambiente social caracteriza-se pela plasticidade e interatividade entre os seus vários segmentos - o que articula todo o modo de vida, do conhecimento e de visão do mundo do homem atual. E a Máquina Informacional é expressão dessa interação por tratar dos aspectos dinâmicos, plásticos e imprevisíveis característicos do processo acelerativo de mudança de nossa época.

Referências Bibliográficas

1. AUZIAS, J. M. *La filosofía y las técnicas*. Barcelona, Oikos-tau, 1968. 115p.
2. BUNGUE, M. *Epistemologia*. São Paulo, EDUSP, 1980.
3. CARNEIRO LEÃO, E. Os desafios da informatização.

4. In: _____ et ali. *A Máquina e seu avesso*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1987. pp. 3-23.
4. CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
5. _____ *As encruzilhadas do labirinto/1*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. pp. 235-335.
6. COLLINGWOOD, R. G. *Ciência e filosofia*. Lisboa, Editorial Presença, 1976. 283 p.
7. EKELAND, I. *O cálculo e o imprevisto*. São Paulo, Martins Fontes, 1987. 151 p.
8. ELLUL, J. *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968. 445 p.
9. FERRARINI ZANDONÁ, N. L. *Análise epistemológica do processo educacional brasileiro a partir da evolução da máquina*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1989.
10. IWAHASHI, A. Important trends for an informatizes society. *Look Japan*, Apr., 1989.
11. MALUF, U. M. M. A máquina informacional: prolegômeno a uma epistemologia artificial do mundo contemporâneo. *Cadernos do ISOP*, 3. Rio de Janeiro, FGV, 1984, 39p.
12. _____ *Cibernética e ergonomia: de mentes, modelos e máquinas*. *Ergonomia - Pesquisa e prática*. Belo Horizonte,

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 1984a. 44p.

13. _____ A hegemonia da máquina no mundo contemporâneo como raiz das incompatibilidades. "Trabalho/ Homem". *Anais do II Simpósio Brasileiro de Ergonomia*. ABERGO/ FGV, Rio de Janeiro, 1984b. 17p.
14. _____ & FERRARINI ZANDONÁ, N. L. *A escalada artificial e sua projeção sobre a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, CEBERC/ISOP/FGV, 1985. 92p.
15. _____. Epistemologia artificial, hegemonia da máquina. Informatização da sociedade e seu impacto sobre o humano. *XX Congresso Nacional de Informática*. SUCESU, São Paulo, 1987. 55-62.
16. _____. A máquina informacional como realização tecnológica do isomorfismo entre a lógica da natureza e a lógica de circuitos. *XXI Congresso Nacional de Informática. XXI Congresso Internacional de Informática*. SUCESU, Rio de Janeiro, 1988. pp. 577-584.
17. MARX, K. *El Capital*. Madrid, Aguilar Editor, 1931, pp. 283-360.
18. MUMFORD, L. *Las transformaciones del hombre*. Buenos Aires, Sur, 1960. 382p.
19. ORTEGA Y GASSET, J. *Meditación de la técnica: vicisitudes de las ciencias*. 3ª ed. Madrid, Revista Occidente, 1957. 147p.
20. PAPERT, S. *Logo: computadores e educação*. 3ª ed. São Paulo,

Brasiliense, 1988. 253p.

21. PRIGOGINE, I. & STENGERS, I. *A nova aliança*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1984. 247p.
22. REISSINE, L. *A era tecnológica e a educação*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional, INEP-MEC, 1959. 68p.
23. RIBEIRO, D. Os brasileiros: Teoria do Brasil. 9ª ed. Petrópolis, Vozes, 1987. cap. 1.
24. RONAN, C. A. *História ilustrada da Ciência*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987. v. III.
25. SCHULTZ, D. P. & SCHULTZ, S. E. *História da Psicologia Moderna*. 6ª ed. São Paulo, Cultrix, 1991. cap. 2.
26. THUILLIER, P. Au commencement était la machine. *La Recherche*, 7(63) : 47-57, jan. 1976.
27. WERTHEIMER, M. *Pequena História da Psicologia*. São Paulo, Ed. Nacional, 1976. cap. 2 e 4.

O pensamento vivo de Bento Munhoz da Rocha Netto

Antônio Garcia *

Por nímia deferência da Reitoria da PUC-PR, cumpre-me pronunciar breve palestra sobre O Pensamento Vivo dessa grande figura que foi Bento Munhoz da Rocha Netto. Povoado o meu espírito das lembranças e das lições de erudição e talento do nosso homenageado, tendo sido seu colega na antiga Faculdade de Sociologia e Política, tendo acompanhado *"pari passu"* desde os anos 40 o seu itinerário político e docente, considero-me seu discípulo.

Há cerca de dois anos, realizei viagem de estudos e pesquisas em diversos países da Europa, visitando especialmente as mais conceituadas universidades. Em Salamanca, descobri as raízes, as origens remotíssimas de algumas famílias paranaenses, cujos ascen-

* da Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas.

dentes, na época da Reconquista, do antigo Reino de Leão (Burgos, León, Salamanca) irradiaram para outras regiões da Espanha, Navarra, Castela, Aragão, e também para Portugal, passando depois ao Brasil, ou então vieram diretamente no século XIX.

Assim foi com as Famílias Munhoz, Garcez, Gutiérrez, Arzua, Garcia, Rodríguez (filho de Rodrigo), Sánchez (filho de Sancho), Álvarez (filho de Álvaro).

Prosseguindo, fiz uma descoberta histórica em Astorga: encontrei o elo, a ligação entre o grupo étnico dos Maragatos espanhóis e os Maragatos uruguaiois e gaúchos da Revolução Federalista, que já foi objeto de comunicação no Congresso de História.

A década de 1930 configura um momento de grande efervescência política e filosófica. Nesse ambiente, Bento Munhoz da Rocha Netto amadurecia como estudante e como professor universitário, engenheiro, mas interessado profundamente na sociologia e na política.

Nas primeiras eleições após o Estado Novo, que durou de 1937 a 1945, Bento Munhoz da Rocha Netto chega à Câmara Federal, no Rio de Janeiro, em 1946, como Deputado Federal Constituinte. Logo se afirmou como parlamentar atuante e competente. Não tardou a ocupar a primeira linha daquela Casa que tem abrigado tantos homens ilustres, de todos os pontos do país...

Numa das primeiras sessões plenárias, assomava à tribuna um homem alto, 41 anos, bem vestido, de olhar expressivo, de gestos medidos, de sorriso franco, um político eleito pelo pequeno Partido Republicano que viera da província e cresceu na metrópole, ao ponto de ser eleito, quatro vezes seguidas, 1º Secretário da Câmara dos Deputados, posto mais importante do Poder Legislativo, depois do Presidente.

Desde que começa a falar, põe-se logo num à vontade de expressão solta, fixando as suas idéias sem temor:

- "Assim, Sr. Presidente, não há este fatalismo sociológico e, sim, uma observação objetiva dos fatos sociais que aconselham ou

desaconselham a doação de determinado sistema político...

"Ora, Sr. Presidente, em matéria de estruturação política, não podemos viver sonhando. Temos de ser objetivos, objetivos no bom sentido e não no utilitário, que tantas perversões têm ocasionado nas nossas atividades políticas. Temos de sentir as experiências que temos vivido desde que o Brasil existe..."

"Tomemos o parlamentarismo inglês. É o modelo clássico, o figurino que todos desejam e aquele em que todos se miram. Mas o inglês é o povo menos sistemático, menos filosófico do mundo ocidental..."

"Mas não podemos cruzar os braços diante dos crescentes defeitos de nosso presidencialismo... Podemos corrigir as falhas dos dois lados e erigir um sistema político nosso que não esqueça a realidade brasileira..."

O discurso de Munhoz da Rocha catalizava e empolgava o Plenário. Estava deflagrado o maior duelo parlamentar de todos os tempos. O outro contendor, jurista famoso e catedrático de Direito, numa atitude de estrelismo político, interrompe-o abruptamente:

- De quem são essas palavras?

- Essas declarações, nobre Deputado Hermes Lima, são minhas e foram feitas em resposta a uma *enquête* da imprensa.

Fabulosa resposta, própria de um estadista e pensador, assinalando a maturidade, a originalidade do pensamento político brasileiro.

Não precisamos invocar, a todo instante - como é freqüente em certas universidades - sociólogos, filósofos, cientistas sociais estrangeiros, que desconhecem a nossa realidade. Munhoz da Rocha tinha luz própria, não precisava das muletas de um Marx, de um Weber, de um Durkheim. Assim como Milton Campos, que produziu uma página antológica sobre a *tolerância*, num discurso de paraninfo em Belo Horizonte. Não precisou invocar Spinoza, ou recorrer a pensadores ingleses. Assim como Tarcísio Padilha, que há trinta anos produziu um dos melhores estudos, sobre a violência moderna, tema tão

repetido até nossos dias.

O segundo duelo memorável foi com Raul Pilla, outra figura exponencial da Constituinte de 46. Concedeu-lhe oito apartes. Esses debates do mais alto nível preenchem uma dezena de páginas dos anais da Câmara Federal. Debate de tão rara beleza doutrinária e filosófica, somente o do Deputado Goffredo Telles Júnior e Luís Carlos Prestes sobre o *materialismo*, envolvendo o episódio da entronização do crucifixo nas Assembléias, que incluiremos brevemente em livro a ser publicado.

Os argumentos e as lições de Munhoz da Rocha foram repetidos no Plebiscito de 1961 e, posteriormente, foram reproduzidos no memorável Plebiscito popular de 1993, que optou pelo presidencialismo republicano como sistema de governo; então foram mobilizados os maiores constitucionalistas e juristas, a percorrer todas as capitais, no maior debate nacional sobre regimes e sistemas políticos. Darcy Ribeiro mandou editar e distribuir fartamente no Rio de Janeiro os discursos de Munhoz da Rocha, e é por isso que falamos em *Pensamento Vivo, atual*, que deve ser lido pela juventude universitária.

E aqui desejo prestar um testemunho que julgo importante. Na época da elaboração tumultuada da Constituição vigente, a Fundação Getúlio Vargas promoveu, no Salão Nobre do Copacabana Palace Hotel, a gravação dos Depoimentos históricos de alguns constituintes ainda vivos que pudessem falar da sua participação, do seu trabalho, da sua experiência pessoal.

Vi e ouvi Gilberto Freyre declarar enfaticamente: - "Eu e Munhoz da Rocha fomos os autores principais do capítulo que trata da Ordem Social e Econômica". Estavam lançadas as bases da democracia social: a ordem econômica deve ser organizada conforme princípios da justiça social; a lei reprimirá toda e qualquer forma de abuso do poder econômico; a lei facilitará a fixação do homem no campo, ... Desta forma estabeleceram preceitos sobre a

legislação do trabalho e da Previdência Social, aprimorando a legislação do Estado Novo de Getúlio Vargas sobre o salário mínimo, o salário do trabalho noturno, a duração diária do trabalho, o repouso semanal remunerado, as férias anuais remuneradas, o trabalho de menores, o direito da gestante, a assistência médica ao trabalhador.

Um segundo aspecto que desejo ressaltar, numa forte pincelada, é o seguinte:

A presença dos gaúchos na política nacional teve a peculiaridade de relacionar-se com a presença militar. Desde os tempos do Império, o Rio Grande do Sul concentrava os maiores efetivos do Exército, e na Primeira República, variava entre um terço e um quarto dos efetivos nacionais.

E o Paraná? Podemos afirmar que a presença dos paranaenses na política nacional começou com Bento Munhoz da Rocha Netto, um dos líderes da Constituinte de 46, Primeiro Secretário da Câmara Federal, Governador do Estado no *boom* espetacular do café, Ministro de Estado no governo do Presidente Café Filho e também candidato à Vice-Presidência da República se não houvesse ocorrido o golpe de estado. Depois dele, essa presença marcante se fez sentir com Ney Braga e Euro Brandão, até participarmos atualmente com dois Ministérios e outros cargos importantes.

Nota significativa: o presidente Jânio Quadros, como prova de admiração ofereceu suas obras com esta dedicatória eloqüente: "À Senhora Flora Munhoz da Rocha, com o respeito devido à esposa, e ao grande Bento Munhoz da Rocha, de quem tive a honra de ser amigo, e um dos maiores brasileiros de minha geração", 22/06/1980.

Ocupando a presidência do Círculo de Estudos Bandeirantes, Bento Munhoz da Rocha Netto não perdia nenhuma oportunidade de trazer a Curitiba grandes figuras do pensamento nacional e internacional. Lembro-me, entre outros, do Padre Ponciano dos Santos, deputado federal, grande orador, e de Frei Sebastião Tauzin, filósofo e teólogo que proferiu duas conferências magistrais. Uma sobre

Bergson, outra sobre "Guerra das Idéias" de conteúdo filosófico e sociológico. Tendo criticado o pansexualismo já ultrapassado de Freud, usou a própria técnica freudiana na análise das ideologias modernas. O homem inventou o liberalismo, o racismo divinizando a raça, o comunismo. Manifestou a esperança de que o futuro modificasse a atitude anti-religiosa dos bolcheviques. Participaram dos debates diversos "bandeirantes" e intelectuais, entre outros Loureiro Fernandes, Mário de Abreu, Liguaru Espírito Santo, Temístocles Linhares, Mário Montanha Teixeira.

Bento Munhoz conhecia profundamente a obra e o pensamento de Bergson e de Maritain, encerrou os debates falando sobre a concepção do homem, a concepção da vida e concluiu premonitoriamente:

- "Os olhos dos proletários de toda a terra enxergaram o comunismo como uma redenção de todas as injustiças sociais, como uma alvorada de igualdade e fraternidade, como o paraíso terrestre, como a esperança do mundo!

"Mas foi uma esperança que falhou, pelo desvio do instinto religioso. Nunca se matou tanto em nome da fraternidade, como no quarto de século do soviete.

"O solo da Rússia foi regado pelo sangue de milhões de russos, na imposição de um trágico regime de vida..."

O estadista é o homem público que se antecipa ao seu tempo. Sua visão alcança o futuro.

Como grande pensdor, até parece que tinha premonição do fracasso da revolução soviética, da queda do Muro de Berlim e do fim do Império Soviético.

Esta crítica ele a endereçava à União Soviética, cujo totalitarismo desrespeita a dignidade e a liberdade humana, desprezando as dimensões transcendentais do ser humano.

Em setembro de 1973, fez sua última conferência na Universidade Federal do Paraná, focalizando a obra filosófica de Jacques

Maritain, em homenagem ao pensador tomista, falecido no mesmo ano.

A reintegração do Território do Iguazu

Sem tempo para ressaltar conceitos originais, pessoais de Munhoz da Rocha sobre Civilização Paranaense, pan-americanismo, interamericanismo, democracia racial, papel das elites, entre tantos outros, permitam-me concluir.

O Paraná muito deve a Raposo Tavares, responsável pelo alargamento das nossas fronteiras ao norte e a leste; muito deve ao Imigrante, pelo que todos nós conhecemos; mas muito deve ao nosso homenageado pela reintegração do Território do Iguazu, cuja criação foi uma decisão infeliz, um tremendo "faux pas" da política getulista. O Paraná deve-lhe a incorporação definitiva e consideramos que a maior agressão à memória de Bento Munhoz da Rocha Netto foi a tentativa do separatismo em 1994, que o povo paranaense repeliu nas urnas.

O Paraná é uma dádiva do Iguazu. São cinco represas gigantes, gerando energia, trabalho, riqueza e empregos para todo Brasil, sendo que a maior usina hidrelétrica foi batizada pelo governador Ney Braga com o nome de Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto.

Meus amigos, meus companheiros. Impende preservar a memória do nosso Mestre. Impende difundir as suas lições e defender os seus valores.

Irmandades religiosas de Paranaguá no século XVIII

Cecília Maria Westphalen
Altiva Pilatti Balhana *

A ocupação do território paranaense data dos meados do século XVII, motivada pela procura e descoberta de ouro. O povoamento decorrente do achamento do ouro pelos paulistas vindos de São Paulo, Santos, São Vicente, Cananéia, deu origem, no litoral, à Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá (1648) e à Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (1693) no planalto curitibano. Em relação a estas vilas, existem sérias discrepâncias quanto às datas do seu estabelecimento.

Paranaguá, certamente a mais antiga, segundo tradição inscrita nos muros da sua Igreja Matriz, dataria de 1578. O cronista Antônio Vieira dos Santos deduz a existência da Irmandade de Nossa Senho-

* da Universidade Federal do Paraná.

ra do Rosário desde 1619, ou seja, 29 anos antes da ereção da Vila, e que teria havido um primeiro compromisso da Irmandade anterior àquele de 1727, embora ele próprio se refira à primeira reunião da Mesa dos Irmãos da *nova Irmandade de Nossa Senhora do Rosário*, realizada a 27 de dezembro de 1727, expressão, aliás, que se encontra na ata dessa reunião.

É sabido que o Capitão Gabriel de Lara manifestou a descoberta de ouro em Paranaguá, junto à Câmara Municipal de São Paulo, em novembro de 1646, recebeu autorização para levantamento do pelourinho em julho de 1648, e realizou as eleições e instalação das justiças em janeiro de 1649.

O primeiro vigário encomendado de Paranaguá, o Padre Dionísio de Mello Cabral, apresentou-se à Câmara Municipal, por ocasião da Vereança de 23 de janeiro de 1655, quando solicitou a ratificação do acordo celebrado anteriormente, no sentido de lhe darem um escravo pescador para seu sustento.

A Vila de Paranaguá pertencia à doação das Terras de Santana feita a Pero Lopes de Souza, mas foi objeto de grande e demorada disputa sucessória entre herdeiros de Martim Afonso de Souza e Pero Lopes de Souza, marcadamente entre o Marquês de Cascais e o Conde da Ilha do Príncipe.

O seu donatário, justamente o Marquês de Cascais, Dom Álvaro Pires de Castro, foi designado pelo Rei de Portugal, em 1644, para representá-lo junto à Rainha Viúva e ao Príncipe Herdeiro de França, para condolências pela morte de Luiz XIII, e cumprimentos de praxe. Em viagem sofreu iminente perigo de naufrágio em virtude de violenta tempestade. Por ocasião desse drama, jurou dedicar-se ao culto de Nossa Senhora do Rosário, protetora dos cristãos no mar, em caso de salvação. (1)

A criação da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá data dessa conjuntura, sendo assim provável que a dedicação da Vila a este orago seja decorrente da promessa do Donatário, como

também é de todo provável a instituição da Irmandade na segunda metade do século XVII. Vieira dos Santos apresenta o patrimônio da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, arrolado em 1º de outubro de 1699. (2)

De todo modo, ela se regeria por todo século XVII e até a Independência, pelo compromisso de 1727 em doze capítulos, aprovados pelo Bispo do Rio de Janeiro, Frei Dom Antônio de Guadalupe. (3)

A Irmandade admitia Irmãos e Irmãs, inclusive estas poderiam exercer as funções de Juíza. Em 1710-1711, Paula da Fonseca foi Juíza. O Juiz ou a Juíza pagavam o anual de 8\$000, o Escrivão 4\$000, os Irmãos de Mesa, uma pataca e os Irmãos Singelos, meia pataca. A Irmandade estava organizada em duas classes: a dos Irmãos Perpétuos e a dos Irmãos Temporários.

Em 1702, conforme os assentamentos do Tesoureiro, 24 Irmãos Perpétuos integravam a Irmandade, sendo 19 homens e 5 mulheres. Dentre estas, uma escrava, Ana, de Isabel dos Passos. Vieira dos Santos comenta "*singularidade admirável no século presente*". (4)

Vieira dos Santos informa que desde a segunda metade do século XVII, havia na Matriz de Paranaguá, também a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a qual obteve, a 15 de outubro de 1699, a concessão de seis sepulturas debaixo do Coro, para sepultamento de seus membros. Esta Irmandade teria existido na Matriz até a segunda metade do século XVIII quando passou para a igreja de São Benedito, construída a partir de 1784 pela Irmandade dedicada a este orago, integrando-se à mesma. Pensa o cronista que com a criação de outras Irmandades dos brancos, os pretos tiveram necessidade de se mudar para a capela de Nossa Senhora das Mercês, primeira sede da Irmandade de São Benedito.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, além da festa da Senhora no primeiro domingo de outubro, tinha por encargos de compromisso: 1) mandar cantar uma missa no primeiro domingo de

cada mês, as chamadas onze *Domingueiras* aplicadas às almas dos Irmãos vivos e defuntos e no final das mesmas devia realizar-se uma procissão em roda do Cruzeiro, à qual os Irmãos eram obrigados a assistir, e cada Irmão da Mesa ornar o altar conforme pudesse em cada domingo; 2) mandar dizer uma capela de missas, nos dias de sábado, no altar da Senhora, por ser altar privilegiado, por intenção dos Irmãos vivos e defuntos; 3) mandar rezar, pela alma de cada Irmão ou Irmã que falecesse, quatro missas. Estas missas deveriam ser realizadas o quanto antes, podendo ser todas no mesmo dia; 4) o enterro dos Irmãos seria acompanhado à sepultura, com Cruz e Guião, e o morto não tendo outra irmandade que o carregasse, a de Nossa Senhora do Rosário estava obrigada a carregá-lo com suas opas. (5)

Embora a primeira Irmandade constituída no século XVIII fosse a de Nossa Senhora do Rosário, a primazia todavia era da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Ignora-se o ano da sua instituição, pois os estatutos aprovados em 9 de maio de 1732, ao que tudo indica não foram os primeiros. (6)

Essa Irmandade admitia homens e mulheres, sendo observado por Vieira dos Santos que, no século XVIII, dez matronas, suprindo a falta de seus finados maridos, dela fizeram parte, ao passo que na primeira metade do século XIX, apenas uma, irmã, aliás, do Padre vigário de Paranaguá.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento, conforme seu compromisso, tinha por obrigações anuais: 1) mandar rezar onze missas cantadas nos terceiros domingos de cada mês, as *Domingueiras*, na intenção dos Irmãos vivos e defuntos. Todos os Irmãos e Irmãs eram obrigados a assisti-las; 2) mandar rezar uma capela de missas, pelas almas dos Irmãos vivos e defuntos; 3) mandar rezar dez missas, pela alma de cada Irmão que falecer. (7)

Conforme decisão da Mesa congregada a 17 de agosto de 1705, para o ingresso na Irmandade do Santíssimo Sacramento, era neces-

sário enviar petição à Mesa para conhecer se o interessado era idôneo e estar nas circunstâncias de ser admitido, além da pagar a jóia de 4\$000 e assumir o compromisso de conferir e guardar os encargos da mesma. De modo geral, os compromissos das Irmandades eram repetitivos de outros anteriores, com vistas ao gozo de privilégios e graças espirituais concedidas pelo Papa Paulo V, conforme as Constituições de Paulo III. Assim, por exemplo, suas semelhanças de fundo e de forma são encontradas entre os compromissos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá e da Irmandade de Nossa Senhora da Luz de Curitiba.

Em ambas, observa-se que estando uma Juíza em função, por ocasião das eleições de Mesa, esta não deveria colher "em segredo", os votos, pois que "as mulheres não devem ter esta ocupação por não lhe ser decente". A obrigação de acompanhar o Irmão falecido à sepultura com as suas opas, está em todas presente. Assim também a obrigação de comparecimento às Missas celebradas pelos Irmãos e Irmãs vivos e defuntos e aquela da celebração das Missas pelos falecidos. Aos Irmãos caídos em pobreza, nada deveria ser exigido, mas, ao contrário, os que tivessem posses, seriam obrigados às esmolas devidas. Se a Irmandade do Santíssimo Sacramento exigia idoneidade, a de Nossa Senhora da Luz de Curitiba exigia que os seus pretendentes tivessem pudor para dela participar.

Essas Irmandades tinham posição privilegiada dentro da Igreja. Assim, por exemplo, o grande e comprido arcaz existente na Sacristia era dividido em três compartimentos onde, em gavetões eram guardados os ornamentos: na repartição do meio, aqueles pertencentes à fábrica da matriz; nos outros, aqueles das Irmandades do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Rosário.

As principais festas religiosas, em Paranaguá, eram as da Páscoa e Ressurreição do Senhor; a do Santíssimo Sacramento que pertencia à Irmandade e celebrada no 1º domingo depois de Corpus Christi, com missa cantada e *laus perene* todo dia, e à tarde, procissão

que circulava por toda a Vila; e a de Nossa Senhora do Rosário, padroeira da Vila, com nove dias de novena e um solene Tríduo de missas cantadas na sexta, sábado e domingo, vésperas solenes no sábado à tarde e *laus perene* nesses dias, graça especial que a Irmandade obteve do Papa, por Breve de Clemente XI, de 4 de agosto de 1706, que concedia indulgências plenárias aos Irmãos de Nossa Senhora do Rosário. (8)

No ano de 1756, o pavimento do templo foi dividido em três séries de sepulturas: a *primeira*, do presbitério até o arco do Cruzeiro, com vinte sepulturas em duas ordens, exclusivamente para o sepultamento de eclesiásticos; a *segunda*, do arco do Cruzeiro até as grades da comunhão, dividida em três ordens, com trinta sepulturas: a 1ª ordem, próxima ao arco do Cruzeiro, de seis sepulturas, uma delas pertencente aos descendentes do Doutor Mateus da Rosa (benfeitor da igreja), a 2ª e a 3ª ordens, com doze sepulturas cada uma. Delas, doze sepulturas pertenciam à Irmandade do Santíssimo Sacramento. A *terceira*, das grades da comunhão até o portal principal, com nove ordens, continham 135 sepulturas, ou seja 15 sepulturas em cada ordem. Algumas dessas sepulturas eram pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. (9)

Essa Irmandade recebeu doações valiosas que também lhe causaram encargos. Assim, por exemplo, em 1765, a falecida Joana Rodrigues França, deixou-lhe a quantia de 600\$000 com a obrigação de mandar rezar, por sua alma, uma missa em todas as sextas-feiras do ano, além de uma fazenda de gado que possuía na Vila de Curitiba. Mas, a Irmandade não concordou com a doação por argumentarem os Irmãos, uns, que a deixa era boa, e outros que não, pela grande pensão em que a Irmandade ficava, afinal por última decisão "fizeram sortes para que Nossa Senhora determinasse qual fosse a sua vontade, e assim abriu-se por sorte que não se recebesse a mesma deixa de 600\$000 que a doadora dava e assim todos os Irmãos concordaram...". (10)

Esta decisão de 8 de outubro de 1765 foi, todavia, modificada a 5 de janeiro de 1766, pois, o viúvo e testamenteiro, o Doutor Antônio dos Santos Soares, além de dar 100\$000 de esmola deixada pela falecida sem quaisquer condições, esclarecia que a Irmandade devia "mandar dizer todas as sextas-feiras do ano uma missa pela intenção da doadora que, no ano, faz uma capela de missas dos réditos do mesmo dinheiro, cuja quantia oferecia, sendo que lhe quisessem aceitar com a manifesta condição, aliás, para substituição dessa deixa no dito testamento!..." (11). Os Irmãos, atendendo por este esclarecimento que se podia dar o dinheiro a prêmio ou a juros, e se mandasse dizer as missas com os referidos réditos, decidiram por unanimidade que se aceitasse o legado de 600\$000, com a manifesta intenção que a Irmandade mandaria dizer a capela de missas. Algumas oferendas, todavia, objetivavam unicamente os interesses da Irmandade. Em 13 de junho de 1754 foi entregue à mesma um órgão que Maria Pinheiro França havia mandado buscar no Rio de Janeiro, com a condição de tocar nas missas de sábado de Nossa Senhora do Rosário, no tríduo da sua festa e nas domingueiras da Senhora. Devia tocar também em todas as festas e funções do Santíssimo Sacramento. Porém para tocar em funções e festividades de qualquer outro santo, eram devidas duas patacas de esmola, em cada festividade, à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Esta é uma disposição protetora dos bens da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, outras mais severas protegiam aqueles da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Em 1798 foram arrolados os ornamentos pertencentes a esta última, para as quais a Mesa solicitou uma gaveta especial na Sacristia para guardá-los e obtiveram provisão do Bispo declarando, debaixo de excomunhão que não poderiam ser emprestados e que o Vigário só poderia usá-los por ocasião da Páscoa da quinta-feira maior, da festa de Nossa Senhora do Rosário, do tríduo da Senhora, do Natal do Senhor e da festa de Nossa Senhora do Carmos. (12)

Em 8 de outubro de 1808, o Padre Antônio Gonçalves Pereira Cordeiro, em seu nome e no da sua falecida irmã Rosa Ana Maria, apresentou-se à Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, para realizar a doação de um cordão de ouro grosso, com o peso de 57 oitavas, para ornar nos dias festivos, a imagem de Nossa Senhora do Rosário, com a condição, porém, de nunca ser vendido, mas no caso de isto suceder, os seus escravos poderiam ir buscá-lo e tomarem conta do seu produto e dispô-lo em sufrágio pela sua alma. Acrescentou ainda que o cordão jamais poderia ser usado em ato profano. (13)

Pouco depois falecia o Padre Antônio Gonçalves Pereira Cordeiro, deixando para a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário novas doações em testamento, como duas moradas de casas, caixilho e cordões de ouro, tudo perfazendo 430\$000, além da quantia de 100\$000. As doações eram realizadas sob a condição de serem rezadas quatro missas anuais nos dias do tríduo ou da festividade de Nossa Senhora, no seu altar, duas pelas almas do Padre e de sua irmã, e duas pelas almas de seus pais.

Além destes legados, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário recebeu ainda um cordão grosso e um crucifixo de ouro com o peso de 163 oitavas, doados pelo Capitão Manuel Gonçalves Carreira e sua mulher Catarina da Silva. Também uma coroa grande de ouro com o peso de 3 marcos, 2 onças e 4 oitavas, doada pelo sargento-mor Damião Carvalho da Cunha, bem como uma cruz de ouro pequena cravada com onze diamantes e um par de brincos de ouro com 19 olhinhos de diamantes, doados pela mulher do doutor Mateus da Costa Rosa; um par de brincos de aljófar engastados em ouro com o peso de 58 oitavas, doado por Catarina da Silva; um rosário de ouro doado por Michaela de Oliveira Viana; um ramalhete de diamantes e pedras falsas, doado por Antônio da Cruz França.

O Padre Cordeiro também realizou doações em favor da Irmandade do Santíssimo Sacramento, obrigando-a a três missas cantadas

anualmente, nas festas da Santíssima Trindade, São Francisco de Paula e Santa Ana, além de quatro missas rezadas, duas pelas almas do doador e de sua irmã Rosa Ana Maria, e duas pelas almas de seus pais, no dia de Páscoa, no altar do Santíssimo Sacramento.

A doação em 1767, de uma morada de casas que lhe deixou o Irmão Manoel Lopes dos Santos, implicou no ônus de mandar rezar anualmente uma missa em intenção da sua alma.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento era indubitavelmente, a mais rica de Paranaguá, não apenas pelo maior número de associados contribuintes, como pelas inúmeras doações que recebeu.

Em 1742, a própria Mesa da Irmandade realizou a doação de uma vara de prata dos provedores, um vaso de prata para a comunhão, uma caldeirinha de prata e hissopo, além de oito varas de prata para o pátio. Em 1760, Maria Pinheiro França doou quatro lanternas de prata. O provedor Braz Coelho doou, em 1787, uma umbela de damasco encarnado, forrada de seda de matiz, com galões e franjas de ouro, e Ana Gonçalves Cordeiro, uma colcha de damasco encarnado. O Irmão Alexandre José de Carvalho nesse ano realizou a doação de uma morada de casas na rua da Praia. Em 1794, com esmolas dadas pelo Provedor e outros Irmãos, mandou-se reformar no Rio de Janeiro uma lâmpada grande de prata, com 21 marcos de peso, agora com 28 marcos.

Uma das mais ricas doações à Irmandade do Santíssimo Sacramento foi realizada em testamento pelo sargento-mor Cristóvão Pinheiro França da qual foi utilizada a importância de 141\$420 para a lâmpada grande de prata, em 1794, assim como a importância de 1:207\$330, em 1798, para a compra de um ornamento rico, que constava de uma casula, duas dalmáticas, um véu de ombros, uma capa de asperges, duas estolas, três manípulos, pano de estante, véu, bolsa e patena do cálice, três alvas ricas com seus cordões e amitos, frontal e pano de púlpito que se mandou buscar no Rio de Janeiro. As lâmpadas de prata, menores, que foram adquiridas no Rio

de Janeiro, em 1810, por 822\$220; também correram por conta dessa testamentária. Dado o seu vulto, já a 27 de janeiro de 1790, o Irmão Provedor requereu que "havendo tido muito trabalho nas causas e cobranças da testamentária do falecido sargento-mor Cristóvão Pinheiro França, no que concordaram (os Irmãos) levasse meia vintena pelas quantias que arrecadasse". Essa decisão, porém, foi anulada pelo provedor das Capelas, em 1791, sob o argumento de ser um dos deveres do compromisso e o dos provedores arrecadarem os seus legados e dívidas. (14)

O legado do Padre Cordeiro e de sua irmã Rosa Ana Maria também era vultoso. Compreendia: uma morada de casas térreas em frente à Igreja Matriz, e todos os seus móveis; uma morada de casas térreas na rua da Baixa e quintal; um sacrário de jacarandá preto, dourado, um branco do serviço ordinário, um branco rico e um roxo com uma chave de prata dourada, tudo importando em 339\$370; três sacras de prata para as festividades do Santíssimo Sacramento, com o peso de 6 libras e 54 oitavas de prata, 7 libras de prata em diversas obras velhas; um cofre de ouro para depositar o Santíssimo Sacramento no sacrário; um jarro grande de prata primorosamente lavrado, 96 oitavas de ouro; uma bacia do mesmo, com 71 libras e 24 oitavas de prata; duas bandejas redondas, 3 libras e 16 oitavas de prata; duas salvas, com três libras e meia e 60 oitavas de prata; uma salva pequena de prata e um copo da mesma com 2 libras e 10 oitavas de prata; uma colcha de damasco carmesim forrada de tafetá branco e retrós amarelo.

Além dos legados, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário possuía bens móveis e de raiz, alfaias e jóias adquiridos com os seus próprios rendimentos ou de doadores desconhecidos, como um rosário de ouro grande com o peso de 2 onças e 5 oitavas; um lucrece de ouro cravado de brilhantes, um par de brincos de ouro com diamantes e peso de 38 oitavas e 9 grãos; uma cruz grande de prata com o peso de 19 marcos, 4 onças e 2 oitavas e 36 grãos; uma cruz

pequena de prata do guião, com um marco e 2 onças; uma salva de prata, com 2 marcos e 2 onças; uma vara de juiz, com 2 marcos e 6 onças; uma coroa de prata grande da Senhora, com 237 oitavas; uma coroa pequena do Menino com 94 oitavas. A Irmandade possuía ainda imagens e ornamentos doados ou adquiridos, inclusive 11 livros da sua serventia. (15)

A Irmandade do Santíssimo Sacramento possuía também imagens de prata e outros bens, adquiridos à custa do seu próprio rendimento, como uma custódia de prata, com o peso de 4,5 libras, uma cruz de prata das procissões, com 6 libras menos 128 oitavas, 6 castiçais grandes de prata, 2 âmbulas de prata, um cofre de prata de depositar a hóstia, um turíbulo e naveta de prata, uma cruz de prata pequena do guião, uma cruz de prata que tem dentro o Santo Lenho que foi pertencente aos extintos jesuítas, um pálio de damasco branco, um ornamento de damasco encarnado, além de outros objetos diversos de serventia da Irmandade. (16)

Embora Irmandade de posses, algumas vezes tinha problemas, como aquele registrado no ano de 1792 quando o Provedor Capitão Manuel de Souza Pinto, eleito a 29 de janeiro de 1791, comunicou à Mesa que não faria a festividade da Semana Santa, só pagando os seus anuais. O Padre Vigário de Paranaguá, presente à sessão ofereceu-se para fazê-la, como se fosse canonicamente eleito, o que a Irmandade aceitou e ficou sendo o novo Provedor. Por sua vez, em melhor situação, em 1778, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário emprestou 200\$000 para a construção da Capela da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas.

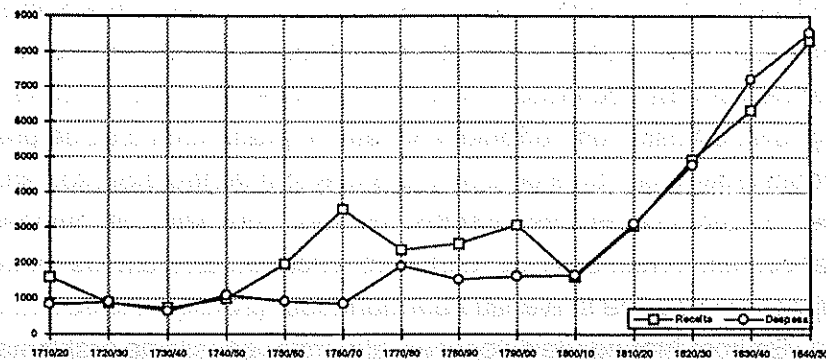
Os gráficos nºs 1 e 2, demonstram as receitas e despesas das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, de 1713-14 a 1848/49, e do Santíssimo Sacramento de 1760-61, a 1848/49, evidenciando suas flutuações, caracterizadas por relativo equilíbrio.

Ao longo de 140 anos, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário apresenta, em suas receitas, um desempenho mais folgado,

sobretudo pelos superávits havidos de 1760-1800. Não apresenta, de outro lado, grandes déficits nos decênios em baixa e no cômputo final de 1710-1849, a Irmandade chega com um saldo positivo de 6:281\$098. Interessante notar que o caixa da Irmandade do Santíssimo

GRÁFICO Nº 1

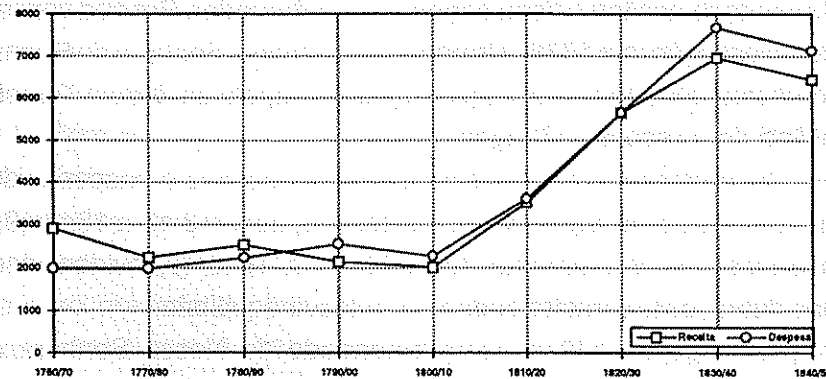
IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, DE PARANAGUÁ
Receitas e Despesas - 1710 a 1850
Em Mil Réis



Fonte: Vieira dos Santos, A. *Memória Histórica ... Paranaguá*. Curitiba, Museu Paranaense, 1952. p. 117-120.

GRÁFICO Nº 2

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO, DE PARANAGUÁ
Receitas e Despesas - 1760 a 1850
Em Mil Réis



Fonte: Vieira dos Santos, A. *Memória Histórica ... Paranaguá*. Curitiba, Museu Paranaense, 1952. p. 90-92.

Sacramento, também alcançou superávits de 1760-1790. Todavia, após decênios de déficits, não se recuperou, apresentando, no cômputo final de 1760-1849, o saldo negativo de 689\$850.

Não faltaram nos livros das Irmandades, inúmeros provimentos deixados pelos Doutores Provedores das Capelas, no sentido de que as despesas não deveriam exceder às receitas.

Pelas receitas arrecadadas por ambas as Irmandades, não foi possível levantar as curvas dos números de sócios, pois, tais receitas incluem doações extraordinárias, como o patrocínio de festas pelos provedores, heranças e legados, e mesmo prêmios e juros havidos.

Entre as principais despesas das Irmandades estavam o pagamento ao Vigário das capelas de Missas mandadas oficiar, a compra de velas, assim como aquele do músico Mestre da Capela.

Em 22 de julho de 1764, a Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento ajustou com o Mestre da Capela, o pagamento de 30\$000 anuais, correspondentes a onze Domingueiras a 1\$000, total de 1\$000, Sexta-feira dos Passos, 1\$000, Domingo de Ramos 3\$000, Ofício das Trevas 1\$000, Quinta-feira Santa 3\$000, Sexta-feira Santa 3\$000, Sábado Santo 2\$000, Domingo da Ressurreição 3\$000 e Domingo da Festa Grande da Irmandade 3\$000. Por sua vez, em 7 de outubro de 1782, o músico Mestre da Capela apresentou requerimento solicitando que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário que, desde a sua criação, pagava pelo Tríduo, Vésperas e Procissões, a importância de 7\$000, estipêndio agora muito diminuto para o pagamento dos músicos e dos instrumentos, e alegando ainda que no Tríduo que se fazia no Colégio, recebia uma dobra (24\$000), se lhe atribuisse estipêndio conforme o estado da terra. O Mestre da Capela informava que já havia recebido despacho favorável do Doutor Ouvidor Provedor das Capelas. A Mesa, porém, "concordou unanimemente em não dar cumprimento ao mesmo despacho pela razão de não serem primeiramente ouvidos para darem suas razões, e depois então se cumpriria o que o Provedor mandasse". (17)

A vida simples das Irmandades de Paranaguá, todavia, revela a luta entre o poder real e o poder eclesiástico. Em 27 de dezembro de 1727, os Irmãos de Nossa Senhora do Rosário aceitaram e sujeitaram-se por imposição do Bispo, à jurisdição eclesiástica. Por nove anos, viveram pacificamente sob essa jurisdição quando, a 27 de setembro de 1736, o Ouvidor e Corregedor Antônio Santos Lobato, proveu no Livro da Irmandade que caberia à Provedoria a revisão das contas da Irmandade e não aos Visitadores Eclesiásticos.

A disputa perdurou até 9 de maio de 1755 quando "a jurisdição eclesiástica sucumbiu ao poder real, guerra literária e porfiadamente continuada de ambas as partes, com enérgica sabedoria sustentada".(18)

Na Comarca de Paranaguá, na sua igreja Matriz, prosperam as Irmandades, principalmente do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Rosário, que, a exemplo de devoções e associações existentes na Metrópole, foram trazidas e organizadas na Colônia, mesmo em locais distantes, sobretudo com objetivos de assistência religiosa e mesmo social.

De modo geral, as Irmandades na Colônia se conformaram com a legislação maior, tridentina e das Ordenações, bem como com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia que, no seu Título LX, § 867, estabeleciam a obrigatoriedade da aprovação dos seus compromissos pelo Bispo.

É possível observar que a Irmandade do Santíssimo Sacramento foi presente na quase totalidade das igrejas matrizes, bem como a presença de oragos preferidos, como o de Nossa Senhora do Rosário. Certamente, embora as distâncias, circulavam as informações, de modo que, via de regra, os compromissos ou estatutos das Irmandades sobretudo no século XVIII eram repetições de anteriores já aprovados. Sua apresentação, porém, apresenta, pelas cores utilizadas nos originais e pelas vinhetas ricamente traçadas, características originais que ainda merecem estudo particular.

NOTAS

- 1 - HOMEM, Frei Manuel. *Jornada do Conde Marquês de Cascais*, Embaixador Extraordinário à França, Paris. Joan de la Caille. 1644. p. 37.
- 2 - Vieira dos Santos, A. *Memória Histórica da Cidade de Paranaguá e seu Município. Segunda Parte. Paranaguá*, 1850. Curitiba, Museu Paranaense, 1952, p. 99.
- 3 - *Livro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá*. Compromisso de 16 de junho de 1727, aprovado em 29 de agosto de 1736. Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba.
- 4 - Vieira dos Santos, A. op. cit. p. 100.
- 5 - *Livro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá*. Compromisso de 16 de junho de 1727, aprovado em 29 de agosto de 1736. Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba.
- 6 - Vieira dos Santos, A. op. cit. p. 72.
- 7 - Idem. p. 73.
- 8 - Idem. p. 116-117.
- 9 - Idem. p. 45.
- 10 - Idem. p. 106.
- 11 - Idem. p. 107.
- 12 - Idem. p. 84.
- 13 - Idem. p. 106.
- 14 - Idem. p. 7.
- 15 - Idem. p. 114-116.
- 16 - Idem. p. 77-78.
- 17 - Idem. p. 81 e 108.
- 18 - Idem. p. 113.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Nely Lidia Valente. *Curiosidades Históricas da Irmandade de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba*. Curitiba, ed. do Autor. 1975.
- COSTA, Odah Guimarães. O Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba. In: *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. V. 3. São Paulo, Anpuh. 1973.
- HOMEM, Frei Manuel. *Jornada do Conde Marquês de Cascais*, Embaixador Extraordinário à França. Paris. Joan de la Caille. 1644. 119 p.

LEÃO, Ermelino de. *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*. Curitiba. Empresa Graphica Paranaense. 1926.

MULVEY, Patrícia M. Compromissos. Irmandades: *Dicionário da Colonização Portuguesa no Brasil*. (coord. Maria Beatriz Nizza da Silva). Lisboa. Verbo. 1994. p. 196-197 e 444-448.

NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. Curitiba. Imprensa Paranaense. 1926. V. I.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz (coord.). *O Império Luso-Brasileiro - 1750-1822*. Lisboa. Editorial Estampa. 1986.

_____. *Vida privada e cotidiano no Brasil*. Lisboa. Referência. Editorial Estampa. 1993.

QUEIROZ, Deborah. As Irmandades e os sepultamentos em São Paulo Colonial. In: *Anais da VIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. São Paulo. SBPH. 1989. p. 161-166.

SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão*. São Paulo. Companhia Nacional. 1975.

VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. *Memória Histórica da Cidade de Paranaguá e seu Município. Segunda Parte. Paranaguá*. 1850. Curitiba. Museu Paranaense. 1950.

Edwino Donato Tempski

Ernani Costa Straube *

Edwino Donato Tempski nasceu em Erechim, no Rio Grande do Sul, em 1913; veio para Curitiba, acompanhando a família, em 1919, passando a frequentar o curso primário no Colégio da Sagrada Família da Congregação das Irmãs Franciscanas, na rua Emiliano Pernetta.

O curso secundário de 5 anos foi realizado no velho Gymnásio Paranaense, atual Colégio Estadual do Paraná, concomitantemente com o Curso de Pedagogia da Escola de Professores do Paraná, atual Instituto de Educação "Professor Erasmo Piloto".

Matricula-se no Curso de Medicina da Universidade do Paraná, diplomando-se médico em 1935.

Viajou pelo continente europeu, especializando-se em clínica interna. Na Polônia foi médico interno em diversos hospitais,

* do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.

complementando os estudos na Universidade Livre de Varsóvia, obtendo aprovação com distinção.

Assume, em 1938 as funções de Assistente da cadeira de Clínica Médica da Faculdade de Medicina na Universidade do Paraná, lecionada pelo professor catedrático dr. João Cândido Ferreira, colaborando efetivamente nos trabalhos docentes por mais de 10 anos.

Durante a Segunda Guerra Mundial é convocado, em 1945, como Oficial Médico do Exército, prestando eficiente colaboração na sua especialidade, sendo licenciado no ano seguinte, com louvor.

Publica na Revista Médica do Paraná, o trabalho de pesquisa e observações clínicas: "Fisiopatogenia dos sopros fantasmas".

Em 1947 elege-se Vereador, à Câmara Municipal de Curitiba, obtendo expressivo sufrágio popular, oportunidade em que defendeu maior autonomia política e administrativa para o Município e apresentou projetos de interesse para a cidade.

Candidata-se a Deputado Estadual em 1949, sendo eleito em 1950 com a maior votação de toda a legenda União Democrática Nacional, participando ativamente nas legislaturas de 1951 a 1954, nas comissões de Finanças e Orçamentos e Agricultura, Indústria e Comércio.

A sua atividade na Assembléia Legislativa foi intensa, destacando-se diversos Projetos de amparo a Hospitais, Orfanatos e órgãos assistenciais, às viúvas de funcionários públicos, de créditos para construções de Grupos Escolares, Postos de Saúde, de Puericultura e na área de preservação ambiental, com destaque para a Lei de criação do Instituto de História Natural, atual Museu de História Natural "Capão da Imbuia", de diversos Parques Florestais e a criação do Fundo Florestal, com o objetivo de financiar o reflorestamento do Estado e criação da Polícia Florestal do Paraná.

Candidata-se a Deputado Federal, retirando após a sua candidatura, por não aceitar a desmoralização da política, na época que deixara de ser a representação do povo para se tornar um lucrativo

exercício comercial e econômico.

Foi Secretário e Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná.

Recebe, em 1953, do Governo da Polônia, a Cruz da Ordem da Polônia Restituta, no grau de cavaleiro.

Em 1970 é eleito 3º Vice-Presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, mantendo-se nesse cargo até 1980, passando para a 1ª Vice-Presidência, que ocupou até seu falecimento, em 21 de março deste ano (1995).

O título de "Cidadão Honorário de Curitiba" lhe é outorgado em 1973, como reconhecimento aos excelentes serviços prestados à comunidade.

Participou de diversas sociedades filantrópicas e culturais, exercendo inclusive cargos na diretoria.

É eleito para a Academia Paranaense de Letras, em 6 de abril de 1982, para ocupar a cadeira nº 33 que tem como Patrono Nestor Pereira de Castro, tomando posse nesse mesmo ano.

Alguns de seus brilhantes trabalhos foram publicados pelo Instituto Histórico, a saber:

em 1970 - volume XI, p. 54 a 94, com o título "Edmund Sebastian Wos Saporski"; biografando o Patrono da Imigração Polonesa no Brasil e as razões dessa imigração;

em 1971 - volume XIV Especial, Comemorativo ao centenário da imigração polonesa para o Brasil, p. 1 a 506, com o título "Quem é o polonês", faz excelente e alentado trabalho sobre o polonês, sua origem, o motivo da imigração e fatos históricos que justificam a colaboração da etnia no progresso do país;

em 1972 - volume X p, 147 a 174, "Ressonância do Grito do Ipiranga nas áreas paranaenses", documentando com reproduções de atas das Câmaras Municipais de Curitiba, Castro, Paranaguá e Antonina, manifestando-se sobre o importante fato histórico;

em 1979 - volume XXXV, p. 219 a 237, com o título "Paulo de

Assumpção - o pintor e escultor de Curitiba”, enfoca a vida e o trabalho desse magistral artista;

em 1984 publica a obra “João Zaco Paraná”, com 305 páginas;

em 1986 - volume XLIV, com 383 p. “Caingangues - Gente do Mato”, estas últimas objeto de nossa palestra.

Lembrar a figura de uma personalidade que, embora não natural deste Estado, a ele emprestou todo o brilho e a capacidade de sua inteligência, é, sem dúvida um privilégio e uma enorme satisfação.

Tive a honra de privar da amizade do Dr. Edwino, quer no Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, onde participávamos da diretoria, por diversas oportunidades, como na Comissão de Estudos para a reformulação dos Símbolos do Estado, designados pelo Secretário de Estado da Cultura. Ali, pude sentir a sua persistência quando da mudança da figura principal do brasão de armas. Discutíamos a propriedade da troca da figura do lavrador armado de alfanje, existente no brasão anterior, por outra figura representativa da atividade agrícola do Estado; com sua inteligência e tenacidade, defendia a colocação da figura do semeador, estilizada pelo escultor João Zaco Paraná, de acordo com a escultura existente na Praça Eufrásio Correia, idéia encampada pelo Governador do Estado, pelo Secretário de Estado da Cultura, dr. Renê Dotti e pela quase unanimidade da Comissão.

Queria, com esse ato, reverenciar um ilustre membro da etnia polonesa, que trouxe para o país apreciadas obras de arte.

No Instituto Histórico, suas interferências lúcidas, paternais, conciliadoras e oportunas, no seu falar afável, escoreito e tranqüilo mostravam sempre o caminho mais correto.

Em 1990, durante o lançamento de minha obra “O prédio do Ginásio - 1903-1990”, na atual sede da Secretaria da Cultura, antes do Ginásio Paranaense, com a casa lotada, fui brindado com discurso de saudação, proferido pelo dr. Edwino, todo ele vazado no seu imenso amor pelo Paraná, lembrando ainda a sua passagem, na

juventude, pelos bancos escolares do velho Estabelecimento de Ensino.

Por ocasião da elaboração da obra “Guido Straube - Perfil de um Professor”, ao ser solicitado a esboçar algumas características de seu antigo professor, prontamente aquiesceu, descrevendo então uma passagem por ele considerada da maior importância na sua formação futura.

Referiu: “Numa fugaz retrospectiva, já esmaecida pelo tempo, quase perdida no distante fluxo do nosso curso ginásial, revejo a figura longilínea do abnegado mestre, conduzindo seus alunos até a famosa gruta do Itaperuçu e ali, em contato direto com a natureza, lhes propiciando uma aula prática, generosa em suas salutares consequências. Postado na entrada da gruta e banhado na luz de um sol primaveril, nos disse: - Vocês vão ver, lá dentro, algumas maravilhas construídas através de séculos, pela sábia natureza. Ali, na superfície dessas paredes calcárias, poderão ler fragmentos da própria história do universo. Mas, não se esqueçam: é nas pequenas coisas da natureza, não raro apenas perceptíveis pelos mais modernos recursos da física e da química, que irão encontrar a expressão da incomensurável grandeza da sua eternidade. Ali verão também, a par da disciplina, da ordem, da harmonia, ao próprio Criador de todas as cousas. Mas, para que enxerguem a tudo isso e compreendam algo que o explique, que o torne compreensível e infinitamente belo à nossa percepção, é fundamental, não só a curiosidade científica, mas também muito carinho e muito amor. Sem o calor desse amor, que eu reclamo seja intenso e imenso, jamais compreenderéis as lições que vos tenho ministrado”.

Dois obras do ilustre escritor serão objeto desta palestra, demonstrando o profundo interesse e dedicação à pesquisa de campo.

Em “João Zaco Paraná”, Estante Paranaense nº 19 do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, edição de 1984,

Editora Lítero-Técnica, Curitiba, Tempski, como era carinhosamente chamado, em 305 páginas, dissecou a vida civil e profissional de João Zak, nascido num vilarejo da Silésia polonesa, sob domínio austríaco, imigrado para o Brasil com seus pais em 1887, instalando-se inicialmente na região entre Palmeira e Porto Amazonas, onde entalhava figuras em madeira e expunha à venda na estação ferroviária. Sendo filho do ferroviário Miguel Zak, com o apadrinhamento de outros ferroviários e com bolsa do governo estadual, vem para Curitiba e passa a freqüentar a Escola de Belas Artes e Indústria do Paraná, sob a competente direção do professor Mariano de Lima.

O talento demonstrado no curso, bem como na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro, que freqüentou de 1901 a 1903, propicia-lhe o ingresso na Academia Real de Belas Artes de Bruxelas e depois na França, na Escola Superior de Belas Artes de Paris, onde aprimora a sua técnica, passando por Florença, Nápoles e Roma.

Voltando ao Brasil, passa a lecionar como professor catedrático, na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Na elaboração da biografia de Zaco, Tempski mostra a extrema dificuldade na pesquisa de dados, enumerando algumas delas: por conservar-se solteiro, não deixou qualquer descendência; seus parentes, ascendentes e colaterais, já falecidos há muitos anos; a maior parte de sua existência decorreu no Rio de Janeiro, onde residiu e suas obras de escultura acham-se disseminadas pelo Brasil, e em alguns países estrangeiros.

As suas dificuldades não pararam aí. Descobrimos que o acervo de João Zaco Paraná encontrava-se numa Universidade que Tempski teve a delicadeza de não nomear, solicitou cópia desse acervo e foi surpreendido com a remessa de recortes de velhos jornais, sem data e informação de origem, fotografias amarrotadas, filmes embolorados, umedecidos e grudados uns aos outros, alguns livros antigos e cadernos com anotações esparsas, confirmando a falta de carinho e interesse na preservação de material valioso condizente com a sua

importância.

Diante desse impasse, não esmoreceu; entrou em contato com os locais de residência de Zaco, quer no país, quer na Bélgica, França, Estados Unidos, palmilhando os mesmos caminhos percorridos pelo Escultor. Escolas e Academias de Arte, Museus, pessoas que conviveram com Zaco, foram procuradas, tendo observado e anotado os vestígios de sua passagem.

Anexa, apoiado em informações e depoimentos, descrição da última aula prelecionada na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, depoimentos de artistas, completando com as referências jornalísticas de todo o país, enriquecendo sobremodo a biografia, a que se propôs organizar.

"A caminhada foi árdua, porém generosa... Graças à luminosidade refletida de uma estrela de primeira grandeza, tive lições esplêndidas e aprendi alguma coisa" (p. 13).

Devagar ia compondo o mosaico da vida do artista, não esmorecendo, com os obstáculos, capacitando-se a descrevê-la com profundidade, entusiasmo e amor, dentro dos princípios do garimpador incansável de dados.

A sua segunda obra em análise, "Caigangues - Gente do Mato", editada em 1986, constituindo o volume XLIV do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, com 383 páginas, é uma obra referencial de lingüística, organizada diretamente na área de distribuição desses indígenas, em sem dúvida, estafante jornada, realizada com devoção e carinho, procurando salvar as características remanescentes dessa cultura.

A obra, no dizer do professor Mansur Guérios, "tem a seu favor a honestidade, o cuidado, o escrúpulo de dar o melhor, em esforço ingente, para todos os que a compulsarem, quer por estudo, quer por simples curiosidade". Continua: "Assim, a obra do Professor dr. Edwino Tempski, com vasto material lingüístico, há de postar-se indiscutivelmente ao lado de todo o já incorporado edifício lingüístico

caingangue, e o qual, para os futuros investigadores, servirá para a formação da gramática histórico-comparada, cujo fim último é contribuir para a solução do problema de origens do homo americanus".

O professor Tempski refere que todo o conteúdo do livro "foi coligido com muita cautela, demoradamente, em plena selva e nas simples choupanas em que os índios residem".

Ficamos imaginando as dificuldades e os tropeços por ele encontrados, num ambiente e numa cultura completamente diferentes da sua, que em razão disso, mais valorizam a pessoa e a obra.

A pesquisa foi realizada entre os índios do médio rio Uruguai, entre os anos de 1978 a 1985 e compõem-se de elementos historiográficos, originados na primeira redução, a de Nossa Senhora de Loreto, fundada em 1610 e as outras instaladas nas margens dos rios Paranapanema, Piquiri, Ivaí e Tibagi, até os aldeamentos existentes no momento da pesquisa; de elementos etnográficos, compreendendo a cultura material - a habitação e seu conteúdo, em frases vertidas do português para a língua caingangue, a cultura social - o casamento, a gestação e parto, as cerimônias fúnebres, as preocupações genealógicas, a cultura espiritual, o cacique, o remédio, a oração, a medicina caingangue e as credenças correlatas.

A gramática inicia-se pelos dados preliminares de comportamento da língua, passando pela taxionomia, sempre acompanhada de exercícios de versão e de extenso vocabulário, distribuído pelas letras do alfabeto português e o correspondente vocábulo indígena.

Completa com corruptelas existentes no vocabulário caingangue, informadas por índios idosos, e faz confronto de material lingüístico da nação indígena, coligido pelo professor Rosário Farani Mansur Guérios e por Baldus, na região de Tibagi e Palmas, com os do toldo do Iraí, no Rio Grande do Sul, analisando as diferenças do material lingüístico obtido pelos cainganges-botucudos do Posto Duque de Caxias em Santa Catarina com os similares do referido toldo indígena.

É digna de referência a tradução do português para o caingangue

de alguns temas, como a Introdução à Santa Missa, com fragmentos da celebração por D. Pedro Fedalto, pela primeira vez, em 19 de abril de 1985, de Missa em língua caingangue; da "Oração a Jesus", composta pelo acadêmico Vasco Taborda Ribas; das canções "Jesus Cristo" e "A Montanha", de Roberto e Erasmo Carlos; e do "Luar do Sertão", de Catulo da Paixão Cearense.

Percebe-se aí a preocupação do pesquisador na obtenção da maior quantidade de informações que possam dar as características lingüísticas, como também a mão do professor, transmitindo o seu saber e a sua cultura.

O dr. Tempski teve uma vida produtiva e é um exemplo para todos nós. Defendeu as suas idéias com denodo e capacidade; noticiou sobre a marcante presença polonesa, procurando as origens e demonstrando a participação efetiva dessa etnia na formação cultural, administrativa, política e educacional do Paraná.

"Ele foi desses homens que marcam uma geração, cujo amor à cultura do espírito aumenta os sentimentos de dignidade e independência" (Túlio Vargas - Porta-retrato).

Para finalizar e em homenagem ao dr. Tempski, reproduzo a "Oração do Pesquisador" de autoria do Frei João Crisóstomo Arns:

Senhor,

Que eu seja caminheiro da verdade;

Procure luz na pesquisa,

Força na perseverança,

Amor na realização,

Solidariedade na convivência acadêmica.

Que compreenda os conflitos da matéria e do espírito
e descubra no homem sofrido

Teu semblante, Senhor!

Uma tablatura para saltério do século XIX

Rogério Budasz *

I. O Manuscrito

Geralmente aceito como a primeira pessoa a ter preocupações com o registro historiográfico na região hoje compreendida pelo Estado do Paraná, Antônio Vieira dos Santos (1) era um homem de variados interesses. Ocupou funções e escreveu obras que demonstram sua curiosidade em inúmeros campos. Pouco conhecidas entretanto eram, até agora, suas habilidades musicais. Nosso próprio interesse nesta questão surgiu ao depararmos com a afirmação de Francisco Negrão, em sua *Genealogia Paranaense*, de que o cronista teria escrito um *estudo sobre o ensino do saltério, de que era exímio*

* do Círculo de Estudos Bandeirantes, é mestrando em musicologia no Departamento de Música da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, e professor da Escola de Música e Belas Artes do Paraná.

executor musical (2). Por alguns meses estivemos à procura desta obra, até que em abril de 1994, o prof. Sebastião Ferrarini localizou, nos arquivos do recém-aberto Círculo de Estudos Bandeirantes (3) em Curitiba, um manuscrito contendo grande número de peças musicais de gêneros variados em tablatura para saltério.

Composto de 104 páginas, no formato de 31,5 x 21,2 cm, parece ter sido escrito em Paranaguá ou Morretes, durante a primeira metade do século XIX. Embora a página de rosto onde constaria o nome do autor encontre-se mutilada, podemos identificá-lo como sendo Antônio Vieira dos Santos (4). Isso devido a uma série de razões, como a caligrafia e o tipo de papel utilizados, idênticos aos de outras de suas obras, além do comentário já citado de Francisco Negrão. De fato, o historiador também dedicava-se à execução e, possivelmente, à composição musical. Segundo suas memórias, este interesse teria ganho impulso em 1805, quando passou a tomar lições de saltério com um certo Manuel Francisco, em Paranaguá (5).

Para a musicologia brasileira o interesse da obra é evidente: o manuscrito apresenta uma coleção sem paralelo de músicas de salão do Brasil colônia/império que jamais foi objeto de estudo, compreendendo marchas, retiradas, zabumbas, amáveis, minuets, gigas, tocatas, adágios, cotilhões, modinhas, lundus, chulas, tiranas, batuques e vários outros gêneros de danças e canções, muitas delas pela primeira vez encontradas em fontes nacionais e outras absolutamente inéditas.

Além disso, é de ressaltar a singularidade do instrumento a que se destina o manuscrito dentro de nosso universo musical: não tínhamos notícia até então da presença do saltério no Brasil dos séculos XVIII e XIX.

II. Saltério ou Dulcimer?

Embora o instrumento descrito por Vieira dos Santos e do qual

recentemente examinamos um exemplar no museu da Escola Nacional de Música da UFRJ (6) seja praticamente idêntico ao *dulcimer* anglo-saxão e ao *hackbrett* germânico, parece diferenciar-se destes no aspecto da produção do som: no saltério este é obtido por se pulsar as cordas com os dedos, enquanto no *dulcimer* e no *hackbrett* as cordas são percutidas com o auxílio de pequenos martelos. Esta não é uma regra fixa, existindo a possibilidade inversa em ambos os casos. O fato é que, se no inglês e no alemão *dulcimer* e *hackbrett* referem-se a instrumentos diversos do *psaltery* e *psalterium*, esta diferenciação não existe no português que utiliza apenas o termo *saltério*.

III. A Pesquisa

Desde que o manuscrito foi localizado, temos trabalhado na transcrição musical e efetuado contatos com instituições européias e americanas, entre elas o RISM em Frankfurt, a Biblioteca Nacional de Madrid e a Biblioteca do Congresso em Washington, buscando fazer um levantamento da literatura referente ao saltério (métodos, obras musicais e de referência), bem como de outras versões das peças registradas.

Dentre os paralelos mais notáveis até agora encontrados, destacamos a correspondência entre o *Minuete da Rosinha* (MS p. 26) e *Contra Rosinha* (MS p. 27), e as peças de mesmo nome existentes na *Nova Arte de Viola* (estampa III), de Manuel da Paixão Ribeiro (Lisboa, 1789). A música é praticamente a mesma, sendo no manuscrito pouco mais ornamentada. O mesmo ocorre com o *Minuete da Corte* (MS p. 32), o *Minuete da Saudade* (MS p. 62) e o *Minuete da Enviada* (MS p. 63), que encontram paralelo no *Estudo de Guitarra* (2ª parte, p. IV a VII), de Antônio da Silva Leite (Porto, 1796).

Algumas das modinhas registradas no manuscrito possuem também versões em outras fontes:

Vieira dos Santos
(p. 36, 3ª estrofe)

A minha Narinda
gosta dos meus ais
que eles são saudosos
dar-te não posso mais.

Vieira dos Santos
(p. 99)

Nem suspirar eu sabia
Antes de te conhecer
Agora que vi teus encantos
Sei suspirar sei morrer.

Modinhas do Brazil
(p. 15v-16)(7)

A minha Nerina
gosta dos meus ais
mas eles me cansam
eu não posso mais.

Spix e Martius
(p. 9, 2ª estrofe)(8)

Eu nem suspirar sabia
Antes de te conhecer;
Mas depois que vi teus olhos
Sei suspirar, sei morrer.

Embora em ambos os casos a música seja diferente, o texto (que no primeiro exemplo apresenta em Vieira dos Santos duas estrofes a mais) evidentemente possui origem comum.

Há no manuscrito uma *Marcha dos Encantos de Medéia*, que pode tratar-se de fragmento da música de Antônio Teixeira para a ópera *Os Encantos de Medéia* de Antônio José da Silva, o "Judeu", estreada em 1735. Finalmente, a importância da obra é corroborada pela presença de uma versão antiga do *Hino Nacional* e do mais antigo registro que se tem notícia da cantiga popular *Vem cá Bitú*.

Não encontramos até o momento nenhuma correspondência entre os vários tipos de tablatura desenvolvidos para o instrumento e o utilizado por Vieira dos Santos. O historiador faz uso de uma tablatura lida em sentido vertical, dividida em quatro colunas, onde cada coluna representa um dos quatro grupos de cordas do instrumento. Os números correspondem às cordas:

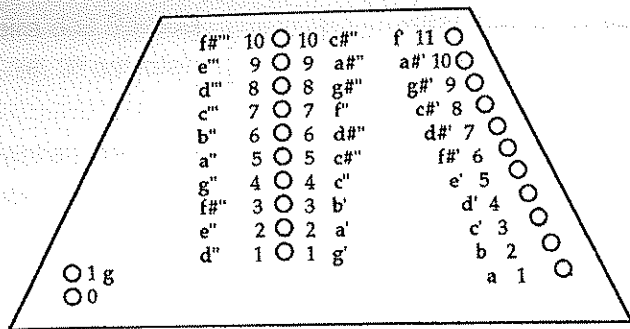
1				
				1
				2
				3
				8
				4
				7
				5
				11
				6
			1	
			9	
		2		
		10		
		3		
		4		
		5		
1				
6				
2				
7				
3				
4				
8				
5				
9				
6				
7				
10				
8				
9				
10				

I IV III II

FIG. 1: Representação em tablatura da tessitura do instrumento.



FIG. 2: Transcrição do exemplo anterior.



I IV III II

FIG. 3: Afinação do instrumento

o Bitú

1ª Parte	
2 1	3
	42
	31
2 1	3
	42
	31
	1 3
	2 4
	1 3
	42
	31
2	2.....64
2ª Parte	
	2.....64
	31
	42
	2.....64
	31
	42
	2.....64
	31
{	42
1	3
2	4
1	3
	42
1.....	31
	2.....64

FIG. 4: Tablatura de *Vem cá, Bitú*

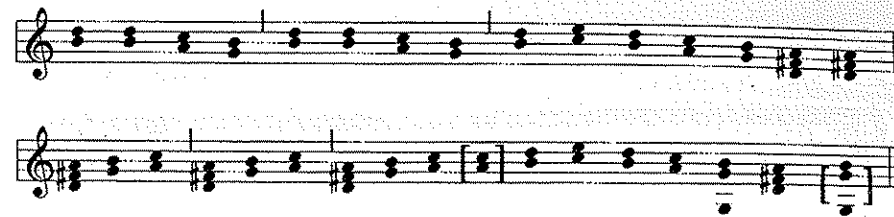
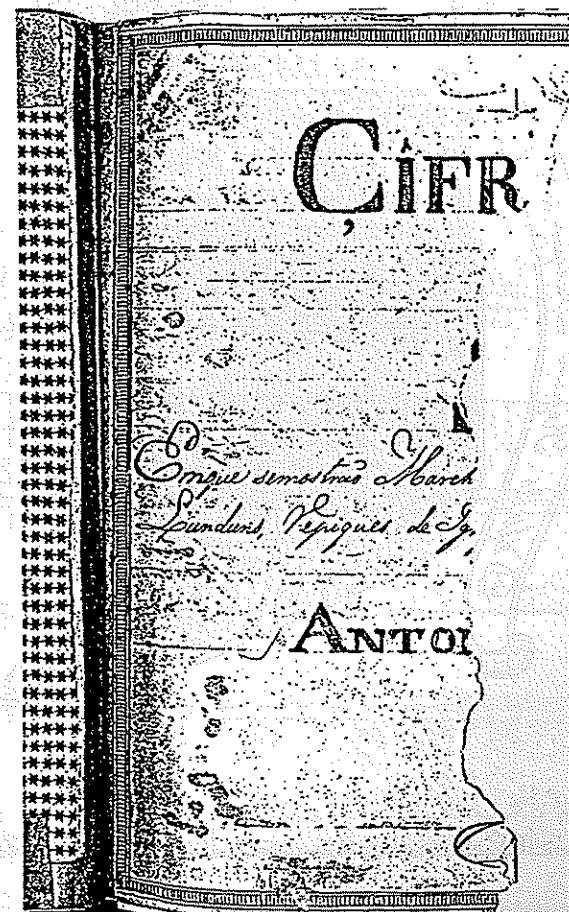


FIG. 5: Transcrição do exemplo anterior.



O sistema em questão não apresenta o elemento rítmico de forma precisa, limitando-se a algumas barras horizontais e indicações verbais do tipo *devagar, corrida, apressado*. Embora em muitos casos a comparação com outras versões existentes ou mesmo peças de gênero similar possa ser útil para o estabelecimento do ritmo, reconhecemos que a exatidão é praticamente impossível.

Apesar disto, na pesquisa prossegue, objetivando apresentar uma edição do manuscrito constituída de:

- Dados biográficos de Antônio Vieira dos Santos e situação musical de Paranaguá no início do século XIX.
 - O saltério: descrição do instrumento, sua difusão nos séculos XVIII e XIX e presença no Brasil.
 - Descrição do manuscrito, contendo informações sobre o tipo de tablatura, características dos diversos gêneros de danças e canções registradas, bem como uma concordância demonstrando a existência e localização de outras versões.
 - Transcrições, em notação moderna daquelas peças que oferecem elementos suficientes para o estabelecimento de valores rítmicos aproximados, tendo por base também a comparação com obras do mesmo gênero ou versões das mesmas peças encontradas em outras fontes.
- Bibliografia.
 - Reprodução em fac-símile.

NOTAS

- 1 - Porto, Portugal, 1784 - Morretes, PR, 1854.
- 2 - Vol. III, p. 47.
- 3 - Vinculado à Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 4 - De acordo com o fragmento da página de rosto, o título da obra seria provavelmente: *CIFR[AS DE MÚSICA PARA O] S[ALTÉRIO]. Em que se mostram March[as...] Lunduns, Repiques de Ig[rejas...]. ANTON[IO VIEIRA DOS SANTOS]*.
- 5 - *Breve resumo...*, p. 6: "Em 16 de maio de 1805 Quinta frª principiei a aprender a tocar salterio com Mel Franc.^{co} Morato".

6 - Com a seguinte informação de procedência: *Antonio Miz. S. Tiago, o fez no Castello do Rio de Janeiro, ano de 1767*. A respeito deste construtor o próprio Vieira dos Santos nos fornece uma informação, ao comparar dois tipos de saltérios: *o Author deste Salterio acrescentado era = Antonio Martins Santiago este assim o delineou e fez no Rio de Janr^o no anno de 1768. (Cifr[as de Música], p. 2).*

7 - Lisboa, Biblioteca da Ajuda, MS 54-X-37. Manuscrito de fins do século XVIII.

8 - *Reise in Brasilien*. München, 1823-1832, suplemento musical.

Referências Bibliográficas

LEITE, Antônio da Silva. *Estudo de Guitarra*. Porto: Antonio Alvarez Ribeiro, 1796. 40, XXIII p.

MINGUET E YROL, Pablo. *Reglas y advertencias generales que enseñan el modo de tañer todos los instrumentos mejores, y mas usuales, como son la guitarra, tiple, vandola, cythara, organo, harpa, psalterio, bandurria, violin, flauta traversera, flauta dulce y la flautilla*. Madrid: o autor, 1754. Reimpressão, Genève: Minkoff, 1982, 120 p.

_____. *Modinhas do Brazil*. Lisboa, Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda. MS 54-X-37/27-55.

NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1926-1950, 6 vol.

NERY, Rui Vieira; CASTRO, Paulo Ferreira de. *História da Música*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991. 202 p. (Síntese da Cultura Portuguesa).

_____. *New Grove Dictionary of Musical Instruments*. Ed. Stanley Sadle. 3 vol. (*Dulcimer*, vol. 1, p. 620-632).

RIBEIRO, Manuel da Paixão. *Nova arte de viola*. Coimbra: Real officina da Universidade, 1789. Reimpressão, Genève: Minkoff, 1985, 76 p.

SANTOS, Antônio Vieira dos. *Breve resumo das memorias mais notaveis acontecidas desde o anno de 1797 até 1827*. Curitiba, Círculo de Estudos Bandeirantes. (Códice manuscrito).

[SANTOS], Ant[onio Vieira dos]. *Cifr[as de música para o] s[alterio] em que se mostram march[as...] lunduns, repiques de igr[ejas...]*. Curitiba, Círculo de Estudos Bandeirantes. (Códice manuscrito).

SPIX, Joh. Bapt. von; MARTIUS, Carl Friedr. Phil. von. *Reise in Brasilien, in den Jahren 1817-1820*. Neudruck des 1823-1831 in München in 3 Textbänden und 1 Tafelband erschienen Werkes, herausgegeben und um ein Lebensbild der Botanikers von Martius sowie ein Register erweitert von Karl Mägderfrau. Stuttgart; F. A. Brockhaus, 1967.

SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820 / Spix e Martius*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. 3 vol. (Coleção Reconquista do Brasil; nova série, v. 46-47-48).

De Mário Montanha Teixeira, conhecia pouco o orador da palavra fácil, conhecia menos o jurista, ouvira falar muito discretamente de seu heroísmo em batalhas literalmente cruentas na campanha da Itália. Por outro lado, pela agradável convivência em reuniões do Círculo de Estudos Bandeirantes, sabia do seu declarado encantamento pelo neto (ou netos?). Confesso, porém, que não conhecia o poeta, nem sabia de seus poemas, tampouco imaginava o grau da sua sensibilidade poética. Foi, portanto, uma surpresa, eu diria mesmo, um alumbramento o que me causou a leitura de seu livro "O Silêncio Inquieto".

A poesia de Mário Montanha Teixeira

Jayme Ferreira Bueno *

Nesta, que imagino ser sua primeira obra poética publicada,

* Jayme Ferreira Bueno é professor de literatura na PUC-PR.

Mário Montanha Teixeira, além do homem público culto, do intelectual de diálogo fácil, do companheiro e amigo cordial, revela-se um poeta de inquietantes transfigurações imagísticas, de invocações e de evocações que traduzem seu sentir, seu modo de vida, sua cidade, enfim, as fontes de sua inspiração.

Falei de alumbramento por lembrar-me de Manuel Bandeira, que ouvi citado em discurso de Mário Montanha e que, assim, se me afigura autor de sua preferência e a quem, consciente ou inconscientemente, presta homenagem ao incorporar em poemas as influências recebidas. Das muitas surpresas para mim, a primeira foi o efeito poético do próprio título: *O Silêncio Inquieto*. O substantivo *silêncio*, pelo que designa, deveria vir acompanhado do adjetivo **quieto**, numa concordância semântica prevista pela lógica. Poeticamente, porém, o que surge é o antônimo e paronímico *inquieto*, o que causa, na linguagem dos formalistas russos, uma "estranheza", essencial à literariedade do texto; no caso específico, à poeticidade do título.

A publicação, sobre ser equilibrada, mostra-se modesta ao não assumir a feição de obra acabada: não foi lançada por editora, não apresenta índice, não contém as pomposas apresentações. Incluí, apenas, uma pequena nota - que realça o comedimento - na qual o autor situa os poemas no tempo ao indicar o período de sua produção e confessa o pudor em publicar o que considera a "mais profunda intimidade". Essa singeleza encontra-se, ainda, na correta organização do livro. Abre com o poema "Intróito" e, em seguida, aparece "Evocação", seqüência que lembra a estrutura da obra de arte clássica, sem perder a atualidade e as características de uma poesia moderna.

Fiz menção, ao início destes apontamentos, a uma possível influência de Manuel Bandeira. Para justificar tal inferência, comparo esta "Miniatura" de Mário Montanha Teixeira:

Magoa meu coração
uma tristeza opressiva
que não me deixa morrer
e não permite que eu viva.

Esta tristeza que tenho
é a saudade, bem sei,
dos olhos que não me viram
da boca que não beijei.

(*O Silêncio Inquieto*, p. 154)

com estes fragmentos do poeta pernambucano:

Perdi de todo a alegria:
fiquei triste, triste, triste.

Nunca dantes me sentira
tão desinfeliz assim:
é que ando dentro da vida
sem vida dentro de mim.

(*Poesia Completa e Prosa*, p. 413)

Não tive um filho de meu.
Um filho!... Não foi de jeito...

Mas trago dentro do peito
meu filho que não nasceu.

(*Poesia Completa e Prosa*, p. 262)

A poesia de Mário Montanha Teixeira, como a de Manuel Bandeira, é feita, em algumas passagens, com os elementos do cotidiano, com o sentimento das coisas simples, com a evocação não do Recife, mas de uma Curitiba ainda tranqüila, como no poema

“Manhã II”, em que se vislumbra com o “realismo” modernista:

A carrocinha do padeiro
vem saltitando pelas ruas
trazendo o calor dos pães fresquinhos.
E vem a italianinha
bem de manhã,
trazer-me o leite.
E o jornaleiro, lá na esquina,
embrulhado no seu velho casacão rasgado,
grita, compassadamente, o meu jornal...

(*O Silêncio Inquieto*, p. 17)

As três imagens deste fragmento ressaltam-se, pela expressão e pela impressão: a carrocinha trazendo o *calor* dos pães; a italianinha a entregar o leite; o jornaleiro “embrulhado no seu velho casacão” (omite-se o frio das manhãs curitibanas, ou melhor, a imagem o revela) a gritar - e não simplesmente a entregar - o jornal. As imagens “pintam” cenas que eram comuns na Curitiba de algumas décadas. É a vivência do poeta.

Na nota inicial, já referida, o autor declara: “Este livro é uma antiga coletânea de poemas, que vai de 1939 a 1945”. Essa é a época de grande parte da produção poética de Manuel Bandeira. É também muito próxima da vida de um outro grande poeta de expressão portuguesa: Fernando Pessoa, que faleceu em 1935. É, porém, um período em que a poesia do criador dos heterônimos estava ainda por ser publicada e por ser descoberta. Não se pode, contudo, deixar de apontar a semelhança entre esta outra “Miniatura” de Mário Montanha Teixeira:

Meia saudade e meia esperança
se fundem no meu desespero.
Quero ser o que era
não sei o que quero ser.
Serei saudade, não sendo,
ou esperança serei?

(*O Silêncio Inquieto*, p. 154)

e a maneira de poetar de Fernando Pessoa, como, por exemplo nestes fragmentos:

Impalpável lembrança,
sorriso de ninguém,
com aquela esp’rança
que nem esperança tem...

Que importa, se sentir
é não se conhecer?

(*Obra Poética*, p. 166)

E o que em mim sonha um momento evoca
nova esperança.

Ah, ser os outros! Se eu o pudesse
sem outros ser!

Enquanto o harmônio minha alma enchesse
de o não saber.

(*Obra Poética*, p. 176)

A possível influência recebida de poetas como Manuel Bandeira e Fernando Pessoa e semelhanças que se possam apontar com as produções desses autores realçam e valorizam a poesia de Mário

Montanha Teixeira.

Com essas achegas intertextuais, para usar termos caros à crítica ainda atual, não quis apenas mostrar influências ou apontar semelhanças, antes, com o jogo de espelhos, pretendi que se refletisse a poesia de Mário Montanha Teixeira, que é o único dono da sua inquietude silenciosa, dos seus momentos poéticos, da sua "mais profunda intimidade", tudo isto revelado, para a felicidade do leitor, no livro, que é só seu, *O Silêncio Inquieto*.

Olímpio

Relatório das atividades realizadas em 1995

Introdução

O Círculo de Estudos Bandeirantes é reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 3144, de 11 de outubro de 1938, pela Lei Estadual nº 8879, de 6 de outubro de 1988 e pela Lei Municipal nº 7334, de 16 de agosto de 1989, e está inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural do Ministério da Cultura, sob o nº 41005456/88-62.

Do Conselho Diretor

a - *Diretoria:*

Presidente: Euro Brandão

Vice-Presidente: Mário Montanha Teixeira

1º Secretário: Ireneu Martim

2º Secretário: Sebastião Ferrarini

1º Tesoureiro: Clemente Ivo Juliatto
2º Tesoureiro: João Oleynik
Diretor Sócio-Cultural: José Geraldo Lopes de Noronha

b - Coordenadores de Secções:

Estudos Paranaenses: Edwino Tempiski
Estudos Brasileiros: Antônio Celso Mendes
Estudos Portugueses: Leopoldo Scherner
Estudos Religiosos: Dom Moacyr José Vitti
Estudos Antropológicos: Maria Cecília Solheid da Costa
Estudos Filosóficos: Frei Eduardo Quirino de Oliveira
Estudos Filológicos: Jayme Ferreira Bueno

c - Da Comissão da Revista:

Euro Brandão
Ireneu Martim
Jayme Ferreira Bueno
Sebastião Ferrarini

Dos Códigos

Os Códigos citados neste Relatório procedem da Tabela de Atividades Culturais do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural, de conformidade com o Art. 1º da Lei Federal nº 7505, de 2 de julho de 1986.

Código 02 - Arquivo

O Arquivo do CEB mantém sob a sua custódia documentos e livros raros, especialmente alusivos à história paranaense do século XIX, conforme registro no Livro Atas nº 5, fª 14 e v.: "... doação ao Círculo, o Arquivo referente à 'Casa Comercial Fernandes Loureiro',

cuja importância se destaca por documentar as relações comerciais, o fornecimento efetuado através de carroças, o estudo das estradas de todo o Paraná, além de outros aspectos de interesse histórico".

Código 05 - Biblioteca

a - Obras:

Este ano o CEB recebeu, por doação, e /ou permuta 424 obras representadas, notadamente em:

- 1 - Arquivos do Museu Paranaense (permuta)
- 2 - Boletim Informativo da Casa Romário Martins (Curitiba)
- 3 - Cadernos de Folclore
- 4 - Revistas: Paraná em Páginas, Panorama, do Instituto Histórico e Geográfico, de Academias, de Universidades, de Faculdades, etc.
- 5 - Obras em Geral de assuntos variados.

b - Encadernação:

Durante o ano de 1995 foram encadernados na Editora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná: 320 volumes.

Código 08 - Conservação

Em 1995, o CEB adotou as mesmas Técnicas de Conservação do ano anterior, com Recarga de todos os extintores de incêndio.

Código 14 - Imprensa Periódica

Neste ano foi editado o nº 9 da Revista "Círculo de Estudos", cujo lançamento oficial ocorreu no dia 12/09/95, por ocasião do 50º aniversário do Edifício da Sede Própria do CEB.

Código 16 - Literatura

Do acervo bibliográfico do CEB, as obras literárias que mais tiveram procura foram as alusivas ao Paraná.

Código 21 - Pesquisa

Em 1995, a pesquisa no CEB apresentou-se desta forma, obedecendo a ordem de inscrição:

- 01 - Andréa Maria Carneiro Lobo, Graduanda em História.
Título: A Lepra no Paraná.
- 02 - Mariana Schatzmam, Graduanda em História.
Título: Trabalho e Deficiência Mental.
- 03 - Nestor Gastão Poplade, Juiz de Paz.
Título: Genealogia da família Ciscato.
- 04 - Equipe do Curso de Odontologia da PUC-PR: Ricardo Massaharu Saito, Dilma Shiguemi Hirari, Dalton Sato Oku, Marcos Fábio Turra.
Título: O Círculo de Estudos Bandeirantes.
- 05 - Carlos Alberto de Freitas Balhana, Professor Universitário.
Título: A Cultura e Educação no Paraná, início do séc. XX.
- 06 - Wilson da Silva Bóia, Médico.
Título: Biografia dos Fundadores, Patronos e Ocupantes de Cadeiras da Academia Paranaense de Letras.
- 07 - Tatiana Dantas Marchette, Mestranda em História.
Título: Clima do Paraná (pesquisa do Arquivo Público).
- 08 - Cyro Pereira da Cunha Filho, do Círculo de Estudos Bandeirantes.
Título: Vestuário de séculos XV e XVI na Espanha.
- 09 - Ana Paula Vosne Martins, Professora Universitária.
Título: O Médico de Senhoras.
- 10 - Otávio Duarte, Escritor e Jornalista.

Título: Fotos antigas de Curitiba.

- 11 - Christiane Marques Szesz, Professora Universitária.
Título: Metamorfose de uma idéia: conceito de região e as representações de Paraná (tese de Mestrado).
- 12 - Maria Delourdes S. Cebolla, Graduanda em História.
Título: Nos Limites da Praça a Representação do Poder: A Praça Tiradentes (1853-1900).
- 13 - Sandro Cavaliere Savóia, Graduando em História.
Título: Saneamento no Paraná - início do século XX.
- 14 - Alexandre de Oliveira Villación, Graduando em História.
Título: Discurso e contradiscurso Integralista no Paraná.
- 15 - Nádia Cristina Ferraz, Graduanda em História.
Título: Por uma História de Insucesso - Colônia Argelina, 1869 a 1872.
- 16 - Eduel Domingues Bandeira, Graduanda em História.
Título: Ferrovia Curitiba-Paranaguá.
- 17 - Gilberto Ribeiro Fontoura, Graduação/História.
Título: O Cerco da Lapa.
- 18 - Luís César Kreps da Silva, Graduação/História.
Título: A construção do Cidadão Curitibano.
- 19 - Ingrid Schwyzer, Graduanda em História.
Título: Procissões na Cidade, século XVIII.
- 20 - Cristan Ferreira, universitário da PUC-PR.
Título: O Círculo de Estudos Bandeirantes.
- 21 - Maria Fernanda Caunègre, universitária da PUC-PR.
Título: O Círculo de Estudos Bandeirantes.
- 22 - Narja Franini, universitária da PUC-PR.
Título: O Círculo de Estudos Bandeirantes.
- 23 - Maria Cristina Werlang, universitária da PUC-PR.
Título: O Círculo de Estudos Bandeirantes.
- 24 - Tânia Gaschele, universitária da PUC-PR.
Título: O Círculo de Estudos Bandeirantes.

- 25 - Rodrigo Augusto Biancolini, universitário da PUC-PR.
Título: O Círculo de Estudos Bandeirantes.
- 26 - Roberto Edgar Lamb, Professor universitário.
Título: Imigração e Identidades étnicas: 1882/1910.
- 27 - Taís Martins, universitária em História (Tuiuti).
Título: Construtores do Paraná.
- 28 - Marly Garcia Correia, Jornalista/Pesquisadora.
Título: Biografia de Alcides Munhoz.
- 29 - Beatriz Elena Gessner, Psicóloga/Pesquisadora.
Título: Biografia de Alcides Munhoz.
- 30 - Augusta Aparecida da Silva, universitária.
Título: Noção de modernidade em Curitiba.
- 31 - Darcy Marzulo Ribeiro, universitário.
Título: Política e Economia no Paraná - 1950/70.
- 32 - Carlos Franco Ferreira da Costa, Médico.
Título: Biografia do Dr. Joaquim de Mattos Barreto.
- 33 - José Pedro Kunhavalik, universitário em Sociologia.
Título: Trajetória Política e Social de Bento Munhoz da Rocha Netto.
- 34 - Luís Roberto Soares, Advogado (ex-Secretário de Estado).
Título: Paraná pensante, Paraná pensado.
- 35 - Hilton Lucas Martins Trancoso, Autônomo.
Título: Genealogia da família Trancoso.
- 36 - Virgílio dos Santos, Bacharel em História.
Título: A Igreja e a Família (tese de Mestrado).
- 37 - Equipe do Curso de Odontologia da PUC-PR: Emilline Cristina da Cunha, Mariele Pery Ceccatto, Morgana Berticelli, Alexandra Pimentel.
Título: O Círculo de Estudos Bandeirantes na Sociedade.
- 38 - Gilberto Vianna, Prof.-Tenente do Colégio Militar.
Título: O Pensamento Católico no Brasil.
- 39 - Ana Christina Vanali, graduanda em Ciências Sociais.

- Título: Etnografia Paranaense.
- 40 - Adriane dos Santos Tavella, graduanda em Ciências Sociais.
Título: Levantamento de dados sobre os Guaranis.
- 41 - Gilberto Galvão Oliveira, Mestrando em Letras.
Título: Análise de Conceituação de Classes de Palavras: uma visão diacrônica (tese de Mestrado).
- 42 - Equipe do Curso de Arquitetura da PUC-PR: Alessandra Fatuch Pinho, Emiliano Figueira Lima, Simara Cristina Machiorato, Ticiania Daisy Berri Dalfovo.
Título: Arquitetura Polonesa em Araucária e Contenda-PR.
- 43 - Valter Fernandes da Cunha Filho, Formando em História.
Título: Gênese do Urbanismo em Curitiba.
- 44 - Vera Maria Biscaia Vianna Baptista, Assistente Social.
Título: Genealogia das famílias Baptista/Fernandes Biscaia.
- 45 - Maria Olinda Trindade, Pesquisadora.
Títulos: Educação e Imigração no século XIX em Curitiba. A Mulher polonesa em Curitiba.
- 46 - Mariangela Gerum, universitária e Bolsista.
Título: Efeito Estacional da Poluição urbana nas Mudanças e nos Pigmentos Foliarens das Mudanças de Laensia Pacari Saint-Hilaire e Tibonchina Sellowiana (Chanisso) Cognaux - Exposição de Plantas nas Sacadas do CEB, sob a orientação do Prof. Dr. Reder Nat. Mario Takao Ioraue - Eng. Florestal da UFPR.
- 47 - Simone Meucci, Professora universitária.
Título: Pensamento Católico e Ação Política (tese de Mestrado).
- 48 - Sidnei Volkmann, universitário em Ciências Sociais.
Título: Do Regime Ditatorial - Estado Novo no Paraná.
- 49 - Cláudio Guimarães Ribas, Engenheiro Civil.
Título: Um estudo Epistemológico da Interação Ciência-Técnica e a concepção psicológica do Homem.
- 51 - Paulo Roberto Karam, Professor/Pesquisador.
Título: Autores Paranaenses.

- 52 - Antônio Tomaz e Ariel José Thomaz, Autônomos.
Título: História da Colônia de Santa Maria de Nova Tyrol da Boca-da-Serra.
- 53 - Gilmar J. Hellmann, Professor/Irmão Marista.
Título: Seminário Episcopal de Curitiba/Colégio Paranaense.
- 54 - Sebastião Ferrarini, Diretor e Pesquisador do CEB.
Título: História do CEB e Biografia de seus Fundadores. (Continuação da Pesquisa iniciada em anos anteriores).

Código 22 - Preservação

A preservação do Patrimônio Bibliográfico-Documental do CEB ocorreu da mesma forma que no ano anterior.

Código 24 - Restauração

Em 1995 continuaram os trabalhos de Organização para o Restauo de Periódicos em custódia no Arquivo do CEB.

Código 27 - Outros

a - Conferências realizadas em 1995:

Dia 06/04/95: O Pensamento vivo de Bento Munhoz da Rocha Netto.

Conferencista: Prof. Dr. Antônio Garcia.

Dia 04/05/95: O mundo tecnológico de amanhã.

Conferencista: Prof. Dr. Euro Brandão.

Dia 08/06/95: Edwino Tempski, Pesquisador incansável.

Conferencista: Prof. Ernani Straube.

Dia 19/10/95: Os Documentos do Mar Morto.

Conferencista: Prof. Dr. Euro Brandão.

Dia 09/11/95: A globalidade da Economia Mundial com ênfase à

União Européia e Mercosul.

Conferencista: Prof. Dr. Constantino Comninos.

b - Eventos:

Sessão solene do 50º Aniversário da Sede Própria do CEB, obedecendo ao seguinte programa:

. Missa de Ação de Graças com participação do Coral Jesus Mestre da PUC-PR.

. Entrega de Diplomas de Sócio-Bandeirante para 42 presentes; e remessa de 26 Diplomas pelo correio, conforme Livro de Registros.

. Lançamento da Revista nº 9 "Circulo de Estudos", pelo Prof. Dr. Euro Brandão.

. Inauguração da Galeria de Fotos e Documentos Históricos alusivos ao evento.

. Coquetel de Confraternização.

Dia 22/9/95;

Sessão de Lançamento, com Autógrafos, do livro "Cidades sem véu", publicado pela Editora Universitária Champagnat, de autoria de Irã Duedeque.

Coordenação: Arquiteto Irã Duedeque.

De 10/11 a 30/12/95:

. Exposição dos trabalhos inscritos no 4º Congresso de Idéias.

Coordenação: Arquiteto Irã Duedeque.

c - Sócios admitidos em 1995:

1 - Adriana Alves Garrido - Professora/Historiadora
Admitida: 24/04/95.

2 - Gilberto de Souza Vianna - Prof. Militar Graduado
Admitido: 24/04/95.

3 - Norma da Luz Ferrarini Zandoná - Professora Universitária

- Admitida: 24/04/95.
- 4 - Maria Lambros Comninos
Admitida: 12/11/95.
- 5 - Enói R. Navarro Swain - Professora/Escritora.
Admitida: 12/11/95.
- 6 - Adilson Cezar - Professor Universitário (Correspondente).
Admitido: 21/12/95.
- 7 - Paulo Roberto Karan - Professor de Ensino Médio.
Admitido: 21/12/95.

d - Expediente

A Sede do Círculo de Estudos Bandeirantes está aberta ao público de segunda a sexta-feira, no horário comercial.

Prof. Sebastião Ferrarini

Diretor

Editora Universitária Champagnat
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Rua Imaculada Conceição, 1155 - Prado Velho - CEP 80215-901
Caixa Postal 16.209 e 16.210 - CEP 81611-970 - Telefone: (041) 330-1515
Telex (41) 35085 - Telefax (041) 332-5588
CURITIBA - PARANÁ - BRASIL

USO EXCLUSIVO NA BIBLIOTECA